

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

Paulo Cesar Fernandes

**AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE
DEFESA NO BRASIL ATUAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO
SETOR INDUSTRIAL**

Ourinhos – SP
Novembro, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

**AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE
DEFESA NO BRASIL ATUAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO
SETOR INDUSTRIAL**

Paulo Cesar Fernandes

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.*

Orientador: Prof.º Dr.º Paulo Fernando Cirino Mourão

Ourinhos – SP
Novembro, 2012

Banca examinadora

Prof. Drº. Paulo Fernando Cirino Mourão (Orientador)

Prof. Drª. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena

Prof. Drª. Terezinha Brumatti Carvalhal

Ourinhos, Novembro, 2012.

"Sem possuir armas próprias, nenhum Principado estará seguro; estará, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que defenda nas adversidades".

MAQUIAVEL, N. (1469-1527)

Agradecimentos

Para realização deste trabalho agradeço primeiramente a minha família que me ajudou e deu força para completar meus estudos morando longe de casa, aos meus amigos de São Paulo que sempre me aceleraram por estar longe deles, mas nunca se esquecendo de mim, dos meus amigos de república, o Nestor, Cavernoso, Batata, Shrek, Jahule, Kiko, Gersinho, Bocada e a Jaú (que praticamente morou na rep.) que dividiram comigo a mesma situação de morar fora de casa e aos meus amigos de sala, “*Los Macacos*” que em trabalhos de campo e em sala de aula me ajudaram demais. Não só a estes, mas a muitas amizades que vinculei na faculdade e na cidade de Ourinhos tanto com moradores, funcionários, docentes e discentes. Agradeço a Laryssa “da biblioteca” que na época em que fui bolsista na biblioteca nunca me deixou em paz, às repúblicas amigas como a rep. Zeca Urubu, Sua Bunda e a Mapu, Também agradeço muito a Jaque que sempre me ajudou e incentivou nos momentos mais difíceis que passei na faculdade, não sei se você estaria lendo este agradecimento se não fosse por ela ter me ajudado a completa-lo.

E, por fim, valeu Zangief, agora você vai ser papai!

Resumo

Durante a década de 1990 pouco se investiu na área de defesa, só no início do governo de Luis Inácio da Silva (2003 – 2010) é que notamos efetivamente uma nova discussão para a retomada de investimentos. O projeto nacional idealizado por esse governo deu importância ao desenvolvimento de uma indústria de armamentos nacional, visando apoiar um posicionamento internacional mais forte e as necessidades de defesa do território. Para isso elaborou discussões e documentos a fim de formar uma base industrial de defesa. Esta base industrial de defesa é formada por indústrias que participam de toda ou parte do processo produtivo de um material de defesa. Objetivamos no trabalho uma análise destes documentos para compreender a situação atual de nossa indústria de armas, como se organiza a base industrial de defesa e quais políticas foram efetivamente implantadas pelo Estado. O debate sobre esse tema é recente na sociedade brasileira e as políticas adotadas em governos anteriores ainda se refletem na distribuição espacial da indústria de defesa no Brasil.

Palavras-chave: Base Industrial de Defesa; Brasil; Defesa; Política Industrial.

Abstract

During the 1990's decade just a few was invested in the defense area, only in the beginning of the Luis Inácio da Silva's government (2003-2010) that we efectly noticed a new discussion about the resumption of the investments. The national project idealized by this government, looking for support an international and stronger positioning to create a defense industrial base. This defense industrial base is formed by industries that participate of all or just a part of the productive process of a defense material. Our goal in this work is to do an analysis of these documents to understand the actual situation of our arms industry, how the defense industrial base is organized and witch politics were efectly implanted by the State. The debate about this subject is recent in the brazilian society and the politics adopted in the previous governments still reflect in the spacial distribution of the defense industry in Brazil.

Keywords: Defense Industrial Base; Brazil; Defense; Industrial Politics

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - ESTADO E PODER.	18
CAPÍTULO 2 - A INDÚSTRIA DE ARMAS NO BRASIL: UM PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990.....	25
2.1. Início do desenvolvimento da indústria brasileira.....	25
2.2 Planos econômicos do governo Kubitschek ao fim da ditadura.	28
2.3 As políticas de incentivo para a indústria de defesa.	30
2.4 A crise na produção de materiais de defesa.....	36
CAPITULO 3 - OS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR DE DEFESA.	39
3.1 A Política de Defesa Nacional de 1996	39
3.2 A criação do Ministério da Defesa (MD).	42
3.3 Os ciclos de debates e o novo pensamento brasileiro.....	44
3.4 A Política de Defesa Nacional de 2005.	47
3.5 A Política Nacional da Indústria de Defesa e a Base Industrial de Defesa.....	48
3.6 A Estratégia Nacional de Defesa.....	50
3.7 O Livro Branco da Defesa Nacional.....	55
3.8 A Empresa Estratégica da Defesa.....	58
3.9 As novas compras e encomendas do setor militar.....	59
3.10 Localização atual e estimativas para desenvolvimento da base industrial de defesa.....	65
Considerações finais.....	69
Referências	74
Anexos	79

Gráficos

Gráfico 1: Exportações de produtos estratégicos de defesa por região.....	34
Gráfico 2: Recursos para a Defesa.....	54
Gráfico 3: Investimento do Brasil em Defesa no período de 1995 à 2011.....	60

Ilustrações

Figura 1: EE-9 Cascavel, ENGESA.	35
Figura 2: Base Naval de Itaguaí – RJ.	62
Figura 3: KC – 390, EMBRAER.	62
Figura 4: ASTRO II, Avibras.....	64
Figura 5: Hermes 450, Elbit Systems.....	64
Mapa 1: Indústrias segundo ABIMDE	66
Mapa 2: Indústrias segundo ABDI.....	67

Anexos

Anexo 1: Estrutura do Ministério da Defesa em 1999	79
Anexo 2: Estrutura do Ministério da Defesa em 2012	80
Anexo 3: Lista de Indústrias associadas à ABIMDE.....	81
Anexo 4: Lista de indústrias selecionadas pela ABDI.....	84

Lista de Siglas

I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
BID	Base Industrial da Defesa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CCEMEFA	Centro de Certificação, de Metrologia, de Normalização e de Fomento Industrial das Forças Armadas
CMID	Comissão Militar da Indústria de Defesa
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
EED	Empresa Estratégica da Defesa
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
EMD	Estado-Maior de Defesa
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Finame	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
Finep	Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas
Fipeme	Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas
Fundece	Fundo de Democratização do Capital das Empresas
Funtec	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico

GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GPS	Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
IPEA	Instituto de Pesquisa econômica Avançada
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NTP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PBI	Produto Interno Bruto
PDN	Política de Defesa Nacional
PED	Produto Estratégico de Defesa
PID	Programa de Integração Nacional
PNID	Política Nacional da Indústria de Defesa
PRODE	Produto de Defesa
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Scielo	Scientific Electronic Library Online

SEPAI	Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SNAMOB	Sistema Nacional de Mobilização
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
VANT	Veículos Aéreos Não Tripulados
VLS	Veículo Lançador de Satélites

INTRODUÇÃO

O Brasil na década de 1970 e 1980 destacava-se como um produtor de armamentos¹, com empresas brasileiras – como a Engesa – exportando seus produtos para diversos países no mundo. Esse crescimento da indústria de defesa no país foi fruto da ação regulatória do Estado brasileiro, aliada a uma conjuntura internacional favorável, com a ocorrência de inúmeros conflitos armados regionais.

Já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 essa produção sofreu um forte golpe com a crise no setor bélico, provocada por uma nova conjuntura decorrente da chamada “nova ordem mundial”. O governo militar saiu de cena e a democracia com governos civis é reimplantada no Brasil. Os novos governos abandonam posturas nacionalistas de defesa e, optando pela tese neoliberal, não elaboram planos ou regulamentações para manutenção e/ou expansão da indústria de defesa, o que levou muitas delas à falência.

Esse processo que ocorreu com a volta dos governos civis e as mudanças internacionais não ficou restrito ao caso brasileiro.

Os novos rumos tomados pelo mundo no pós-guerra fria (1989) e pós-guerra do golfo (1991), e o grande declínio da Indústria de Defesa nos principais países produtores e exportadores, os produtos brasileiros ficaram difíceis de serem mantidos, principalmente no exterior. (BASTOS, 2003 [p.1])

Países da América Latina, como o Chile, a Argentina e o Brasil, fizeram sua transição de governos ditatoriais para regimes democráticos, e seguindo a nova conjuntura mundial, esses países optaram pela inserção de políticas neoliberais em seus governos.

Foram priorizadas ações para uma maior fluidez das atividades da economia moderna e uma maior cooperação/competição entre as empresas, produzindo apenas aquilo que possui mercado crescente (produtos que agregam maior lucro à empresa). As empresas se ligam de forma organizada, unindo pontos distantes e constituindo uma lógica particularista (SANTOS, 2001).

¹ Os sistemas de armas produzidos pelo Brasil e exportado para diversos países no mundo, inclusive para o Iraque durante a guerra Irã-Iraque (1980-1988), foram, por exemplo, o sistema ASTRO II e o EE-9 Cascavel, entre diversos outros sistemas desenvolvidos no Brasil ou com tratados de cooperação tecnológica (BASTOS, 2003, [p.1]).

Na realidade da globalização, a desagregação do controle da produção efetivou maior crescimento para as empresas privadas, tendo assim uma produção quantitativamente ampliada. Novas políticas empresariais foram adotadas e muitas delas não seguiam projetos nacionais, fazendo com que o Estado perdesse o controle de investimentos locais e possibilidades de organização social “dando” esta tarefa somente para os fatores do modo de produção estabelecidos em cada localidade. Assim como explica Becker:

A globalização, conduzida pelos grandes bancos e corporações transnacionais, retira do Estado o controle sobre o conjunto do processo produtivo e afeta a integridade do território nacional e a autonomia do Estado, afetado igualmente por nacionalismos separatistas e movimentos sociais apoiados na afirmação da identidade e na tradição do lugar. Em outras palavras, a soberania é afetada tanto em sua face externa, questionada pelo poder econômico e financeiro, quanto em sua face interna pela tendência atomizante produzida por enclaves econômicos e territorialidades políticas diretamente articuladas ao espaço transnacional, (BECKER, 2006, p.297)

Muitas das empresas de defesa faliram ou tiveram que diversificar sua produção para sobreviver na nova organização, tornando-se indústrias de autopeças ou de suprimentos para armamentos. Como exemplo, a ENGESA, sem conseguir vender seus produtos internamente e externamente chegou à falência. Uma parte dos empregados constituiu uma nova empresa (Columbus International Ltda.) destinada somente para manutenção e peças de reposição dos sistemas de armas da extinta ENGESA.

Talvez, pela nova organização política nacional na pós-ditadura militar, a sociedade brasileira já não se via inserida no contexto da Guerra Fria, não existindo uma ameaça externa como antigamente, e com isso não havia a necessidade de despende investimentos para a indústria armamentista.

O governo de Luís Inácio da Silva (governo Lula, 2003-2010), respeitando propostas eleitorais, inicia uma discussão sobre a revitalização da indústria de defesa, desdobrando-se politicamente e estrategicamente para atender aos preceitos governamentais e abrindo discussão com a sociedade brasileira, visando uma estratégia nacional, regional e mundial.

O tema proposto permite uma análise das materializações e imaterializações na apropriação e construção no território nacional de um conjunto de fixos e fluxos interligados pela base industrial de defesa. É possível que a revitalização da indústria

de defesa gere uma cadeia de indústrias que colaborem com o seu desenvolvimento. A ciência geográfica deve contribuir nessa análise apontando essas transformações, estudando onde estão e como estão ocorrendo. Outra discussão que deve ser levantada é do por que e pra que se revitalizar a indústria de defesa brasileira? Estima-se que com a indústria de defesa forte, torne possível um posicionamento do país como potência regional, conquistando assim maior autonomia ao Brasil, sendo capaz de não ser influenciado e ter voz ativa nas decisões mundiais, firmando-se como ator decisivo nas questões internacionais.

Neste trabalho objetivamos em fazer uma análise dos documentos e ações governamentais que tratam sobre as políticas de defesa criadas pelo Estado brasileiro, contemplando as discussões feitas nas últimas décadas sobre o tema, vinculando com a reestruturação desta indústria, as compras e os reequipamentos das Forças Armadas, além da importância da aquisição de armas para projeção de poder desse Estado. A análise dos documentos abrange o período de 1996 até 2012.

São objetivos específicos:

- a) Analisar a política governamental de defesa do Brasil e o contexto internacional em que ela está inserida.
- b) Apontar algumas inovações tecnológicas na indústria de defesa nacional.
- c) Analisar as políticas de investimentos e incentivos do governo para montar a base industrial de defesa no país, e;
- d) Mapear as principais indústrias ligadas à base industrial de defesa no território nacional.

O procedimento metodológico desta pesquisa baseia-se nas leituras, análises comparativas, discussões e questionamentos dos documentos governamentais produzidos pelo Estado brasileiro no sentido de orientar sua política de formação de uma base industrial de defesa. A partir da análise bibliográfica, artigos científicos, documentos ministeriais, textos publicados na imprensa e instituições de fomento e levantamento de dados secundários (Instituto de Pesquisa econômica Avançada - IPEA, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE, etc.), apontamos e discutimos sobre como estas influenciaram o setor de defesa brasileiro.

Os materiais utilizados foram livros, artigos, dissertações e reportagens que refletem sobre as políticas exercidas, além disso, procuramos relatórios e documentos governamentais para embasarmos nossas discussões. As fontes que utilizamos foram

os sites ministeriais, órgãos governamentais, da mídia de grande circulação e artigos científicos que são encontrados em bancos de dados como no Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), no Instituto de Estudos Avançados da USP, na biblioteca digital da Unicamp e nos livros provenientes da biblioteca da UNESP.

Nos artigos de jornais e revistas, considerando também o meio digital, buscamos nos cadernos relacionados à economia e política brasileira e também artigos sobre a conjuntura mundial, artigos que tratam de um crescimento e desenvolvimento da indústria, da P&D, das relações comerciais brasileiras que falem sobre materiais de defesa, compra e venda de armas, nos pronunciamento de integrantes do governo sobre o tema e sítios eletrônicos relacionados ao assunto da defesa.

Dos bancos de dados usamos o da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMD, para saber quais são as indústrias de armamentos no país, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para obter dados de investimentos no setor de defesa e o *Stockholm International Peace Research Institute* – SIPRI, para obter dados de importação e exportação de materiais de defesa. Para a construção dos mapas foi utilizado o *software* PhilCarto com dados recolhidos da ABDI e ABIMDE.

No decorrer do trabalho, abordaremos temas como as relações entre Estado e poder no capítulo 1, onde trataremos do desenvolvimento do Estado moderno, suas características e as transformações que a globalização exerce na autonomia do Estado, influenciando em seu poder sobre o território nacional e no meio internacional. Procuramos compreender as ações do Estado brasileiro que analisaremos nos capítulos posteriores. No capítulo 2 veremos a organização da indústria bélica no Brasil, a partir do seu momento de grande crescimento, na era Vargas, verificando os programas de incentivo a partir do “Estado Novo”, passando pela ditadura militar e chegando ao início da década de 1990, também relacionando com os investimentos destinados para a indústria bélica e as estruturações das estratégias de defesa brasileira. Por fim, no capítulo 3, faremos análises de documentos governamentais do Estado recente, discutindo e questionando o novo pensamento brasileiro sobre a defesa nacional e o desejo de posicionamento do país como potencia regional.

CAPÍTULO 1 - ESTADO E PODER.

Inicialmente a análise do Estado contemporâneo envolve numerosas questões, pois são múltiplas as relações que se criam entre o Estado e a sociedade. O Estado é um fenômeno social, não existe Estado sem sociedade, para entender o Estado é preciso entender a sociedade.

A construção do Estado contemporâneo está vinculada a legitimação simbólica de uma nação para sua consolidação. As identidades congregadas (históricas, culturais, linguísticas, etc.) formam a nação, constituindo o fundamento do Estado-Nação. Este recurso foi necessário para “à consolidação do Estado como instituição política territorializada e legitimada pela sociedade” (CASTRO, 2005, P.114). O nascimento do Estado moderno se inicia com a decadência da Idade Média nos séculos XV e XVI, com sua entidade política se consolidando nos séculos XVII e XVIII, juntamente com a desvinculação da influência dos dogmas da igreja no governo. Os homens não teriam um destino traçado por um ser superior, mas cada homem nasce igual. O reconhecimento das fronteiras e a supremacia de cada nação sobre seu território fazem parte deste contexto (PECEQUILO, 2004).

Na sua estruturação ideológica, dentro do Estado contemporâneo existe o Estado de direito e o Estado social, onde o primeiro seria designado pelos direitos fundamentais de liberdade pessoal, política e econômica. O direito dos possuidores dos meios de produção em reproduzir os bens gerados pelas relações sociais de produção seria basicamente o quanto o Estado intervém nas liberdades da burguesia. O Estado social contém os direitos da participação social nas políticas humanitárias e de distribuição das riquezas. Os direitos fundamentais representam a garantia do *status quo*, já os direitos sociais surgem sem previsão, sendo atendidos quando são identificados no meio social.

Dentro da Revolução Industrial, e com as dificuldades e necessidade de combate a pobreza, o Estado começou a articular ações para diminuir as disparidades causadas pelo sistema. Na Inglaterra, de maneira pouco eficaz, se tentou criar subsídios aos pobres, mas não com o sentido de acabar com a pobreza, mas sim com os pobres, fazendo com que regiões ao invés de darem o subsídio, expulsassem os pobres para outra localidade. Já na Alemanha de Bismarck, nas décadas de 1870/80 se iniciava projetos de previdência social, para auxiliar os trabalhadores nos mais diversos seguros (invalidez, velhice, doença, etc.). Foi a partir destas políticas que se

via uma alternativa ao Liberalismo, com o Estado intervindo com financiamento e administração de programas de segurança social. Embora as políticas fossem de certa forma combativa ao socialismo, que mesmo com reformas o sistema vigente do Estado era o capitalista, essas políticas procuravam criar dependências do trabalhador ao Estado (BOBBIO, 1998).

No momento, o Estado contemporâneo se viu sem finanças e com gastos governamentais crescentes, notou-se a necessidade de um Estado financeiro, isso porque anteriormente os governantes eram os que detinham as riquezas, agora o Estado, desvinculado da propriedade, torna-se dependente da sociedade, caso não exista a recapitalização, o Estado não seria capaz de desenvolver os projetos sociais. Também cria para o Estado dois limites: o primeiro pela própria natureza fiscal, já que esta pode gerar mais renda para o capital monopolista² e o segundo limite é o crescimento das despesas publicas que possam alcançar o colapso do Estado fiscal.

Na teoria marxista, o Estado está para apoiar e desenvolver o capitalismo, sendo "genético" devido a orientação histórica do Estado no que diz respeito as funções exercidas por ele nos conflitos entre as classes sociais ou na contradição do próprio capital, e funcional onde o Estado preside e elabora funções para valorização do sistema capitalista³.

Se para os liberais o Estado deveria reger somente no executivo, deixando o mercado livre, a teoria marxista demonstra que o Estado intervém e possui presença dentro do processo de acumulação. Isso se deve pelo desenvolvimento tecnológico do processo de produção, que se tornou dependente da ciência e também devido a acentuada divisão do trabalho, especificando cada vez mais a mão-de-obra, o Estado intervém para garantir estes processos e também para regular as tensões criadas por este sistema, assim como a agenda de políticas sociais⁴ (BOBBIO, 1998).

Agora, no capitalismo globalizado, o Estado vem perdendo controle devido aos fluxos globais de capital, de produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. Aquilo que era passível de ser contornado internamente, agora sofre influência externa superior ao de antigamente. Enfrentando o novo paradigma, o Estado tentou se reafirmar com o desenvolvimento de instituições supranacionais, mas isso acaba

² O dinheiro que a sociedade recebe é arrecadado pelo Estado, logo esse dinheiro retornava em maior massa para os burgueses e pouco ao Estado (BOBBIO, 1998).

³ Estas são a criação de infraestrutura, leis que assegurem o sistema, regulamentação dos conflitos de classe e assegurar a expansão do capital nacional no mercado capitalista mundial (BOBBIO, 1998).

⁴ Também para frear a queda da taxa média de lucro, as políticas sociais são para contribuir no desenvolvimento do capital (BOBBIO, 1998).

comprometendo ainda mais sua soberania. Como, por exemplo, nos mercados financeiros e monetários mundiais, elas caminharam para uma coordenação sistêmica dessas moedas, colocando um grau de estabilidade e investimentos no mercado global. Juntamente, as políticas monetárias de cada Estado se adequam a realidade, conseqüentemente os juros internacionais e a política orçamentária se globalizaram fazendo com que os Estados percam controle dos componentes fundamentais de suas políticas econômicas (CASTELLS, 2002).

A mídia e as informações transmitidas pelas redes comuns de comunicação eram um dos sustentáculos do controle e poder do Estado, porem com o advento de novas tecnologias e possibilidades de ligação em rede a nível mundial (como a internet), o Estado que muitas vezes controlava a cultura e política através da mídia se defronta com a globalização da mídia, "de modo geral, a globalização/localização da mídia e da comunicação eletrônica equivale à desnacionalização e desestatização da informação, duas tendências que, por ora, são indissociáveis" (CASTELLS, 2002, p. 303).

Na visão de Manuel Castells (2002), o Estado não é mais detentor e regulador de todas as forças dentro de seu território, saindo de sujeito soberano para ator estratégico, partindo para exercerem representação em um sistema global. Parte da política nacional é compartilhada com outros atores (empresas, mídia, ONGs, etc.), porém o Estado ainda possui influencia nas decisões, mas para estimular a produtividade e a competitividade econômica, precisa estreitar relações e alianças com interesses econômicos internacionais, favorecendo o fluxo de capital.

A forma de segurança coletiva e cooperativa é uma transformação das alianças militares, antes alinhadas entre duas super-potencias, agora não mais fundamentadas na hegemonia delas, mas sim na participação conjunta em uma vigilância global para manter longe possíveis ameaças ao atual sistema. Neste sentido, para um Estado participar da tutela mundial ele necessita possuir Forças Armadas reconhecidas internacionalmente.

"A grande velocidade das mudanças na tecnologia militar também compromete a capacidade de autonomia do Estado-Nação" (CASTELLS, 2002, p. 307). Para o Estado ter Forças Armadas que efetivamente desempenhem sua missão, necessitam de equipamentos carregados de tecnologias avançadas, e estas, no mundo atual, são constantemente ultrapassadas por novas mais eficazes, criando a necessidade dos materiais bélicos serem constantemente atualizados (não esquecendo também da capacitação do exercito para trabalhar com esses equipamentos sofisticados). Neste

caso o Estado torna-se dependente dos fornecedores destas tecnologias, em termos de equipamentos e de recursos humanos. Nenhum Estado possui independência total destas tecnologias⁵.

Dentro das organizações mundiais, os Estados que possuem um desenvolvimento econômico notório e poder político conseguem fazer parte das discussões do sistema mundo, utilizando-se do voto, como, por exemplo, na Organização das Nações Unidas - ONU. Porém existe um pequeno grupo de países que têm a capacidade de vetar uma decisão, este poder de vetar alguma ação internacional deve-se a eficácia das Forças Armadas destes Estados, embasando seu veto, ou seja, eles possuem a capacidade de intervir militarmente caso seus desejos não sejam realizados (MIYAMOTO, 1995).

Possuir armas nucleares avançadas possibilita ao Estado ter a "tecnologia de veto", que seriam um poder militar só pelo fato de existirem, com capacidade de inibir agressões externas, pelo seu poder de destruição muito maior do que as convencionais. Os países que possuem esses tipos de armas, evidentemente, tentam controlar a proliferação destas, fazendo assim deles um grupo fechado de Estados que podem decidir o futuro do mundo. A necessidade de se possuir armas com "tecnologia de veto" seria basicamente para tornar-se um *player* mundial. Por esta razão, se é necessário evidenciar na medida do possível quais as reais intenções de um país ao se investir em determinadas áreas de pesquisa (como a nuclear, por exemplo).

Obviamente o desenvolvimento dessas tecnologias por si só não efetuam sozinhas o papel de poder, para elas serem concretizadas fatores como economia e política deve estar alinhadas com as estratégias geopolíticas dos países possuidores destas tecnologias, caso contrário seria impossível desenvolvê-las devido a possíveis sanções internacionais desta comunidade fechada, ou seja, a autonomia do Estado depende da de outros (CASTELLS, 2002).

O poder é uma relação assimétrica, quando existem interesses divergentes, aquele que predomina é o possuidor de poder, estando inserido no universo dos valores sociais, sendo assim uma vontade em comum, logo o poder não pode ser pensado fora dos contextos temporais e espaciais das sociedades.

⁵ Com exceção dos Estados Unidos, porém sua tecnologia não é mais tão avançada quanto as demais no mercado militar (CASTELLS, 2002).

O conceito de poder possui diversas formas de atuação, uma delas é o despótico, a falta da legitimação da vontade do Estado que para alcançar seus objetivos se utiliza do medo com a possibilidade da coerção da força, a violência. Paradoxalmente o uso desta forma de poder reflete a falta de poder por não se fundamentar na vontade do outro. Por se impor ela não possui capacidade política verdadeira, não discutida com o público e referendada, retirando a mobilização como interesses comuns. (CASTRO, 2005)

Ainda, outra forma de exercer o poder seria aquela fundamentada na autoridade, onde é legitimada pela aceitação e apoio para aquele que detém a autoridade em função desta possuir valores aceitáveis e admirados construídos socialmente. Este possui mais força que o poder pela dominação, pois repousa sobre o consentimento social.

O poder político surge tanto da possibilidade da coerção quanto o da autoridade fundamentada legalmente. Tendo a capacidade de se utilizar ambas, ele possibilita ações que mesmo com um consentimento mínimo da sociedade, o legitima devido à visão de alcançar um "bem comum". Obviamente as relações são muito mais complexas já que o poder parte de relações sociais territorializadas, atores territorializados que buscam moldar o poder entre espaços diferentes (CASTRO, 2005).

Ainda no que se refere ao Estado e os recursos de poder, existe o poder potencial e o real, onde o potencial seria aquele que o Estado pode vir a possuir, devido a fatores internos e constatação internacional, porém ele ainda não é explorado ou não se possui a capacitação necessária para seu desenvolvimento e efetivação, por exemplo, uma potencialidade brasileira é por ser considerado um dos maiores produtores de matéria prima e possuidor de uma vasta biodiversidade, porém muitos processos de beneficiamento da matéria prima são exercidos fora do território brasileiro, permitindo com que outros agreguem valor e domínio (PECEQUILO, 2004). Já o poder real é aquele percebido e inegável, possuidor de uma capacidade de conversão tornando possível o exercício do domínio ou projeção.

Como existe uma distinção entre posse/utilização dos recursos de poder, também existe uma sobre os tipos de recursos de poder, o *hard power* e o *soft power*. O *hard power* é aquele facilmente perceptível, como o tamanho do território, sua população, densidade industrial, capacidade de recursos, estabilidade interna e sua força militar. O *soft power*, diferentemente, não é facilmente percebido, ele carregar as

ideias e o poder de convencimento, sendo sua principal fonte o desenvolvimento econômico, o conhecimento tecnológico e a cultura (PECEQUILO, 2004).

"Na política internacional, o poder é um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação na qual uma ou mais partes obedecem a outra. Desta maneira, estabelece-se uma relação de subordinação, autoridade e mando entre os agentes, com alguns possuindo capacidade de ditar o comportamento dos demais, fazendo valer seus interesses e princípios." (PECEQUILO, 2004, p. 57).

Assim com Iná Elias de Castro escreve, "o controle sobre o território e seus conteúdos - pessoas e bens - é uma questão fundadora para todas as sociedades com organizações sociais e políticas complexas." (CASTRO, 2005, p. 124). Sustentada em uma racionalidade de direitos, apoiada em uma burocracia administrativa e com forças militares, o Estado mantém o controle do território e consegue a centralidade territorial do poder político.

No Brasil as transformações internas e externas alteraram a ação do Estado brasileiro, após mudanças profundas nas condições do território, com o aumento populacional, a expansão urbana e a base infraestrutural desenvolvida culminaram em uma alteração da sociedade e influenciou na nossa formação sócio-espacial⁶. No cerco internacional, a abertura econômica e integração com a economia globalizada colocou o Brasil em um patamar intermediário no poder global:

"como potência intermediária da periferia capitalista, o país sofre imposições externas do sistema financeiro internacional, das políticas protecionistas das potências centrais, das pressões para abertura de mercado e do atraso na corrida tecnológica pela competitividade na maior parte de seus setores econômicos. A legitimidade externa é obtida pela submissão às novas regras do jogo impostas pelas agências de fomento e de regulação das trocas internacionais." (CASTRO, 2005, p. 119).

O Estado brasileiro, por vontade em eliminar parte de imposições, visando à capacidade territorial, inicia políticas que buscam tirar o Brasil da subserviência. O desejo de projeção de poder pelo Estado brasileiro envolvem diversas problemáticas, o poder que as potências regionais podem exercer dependerá do equilíbrio do *hard* e *soft power*, somadas com estabilidade interna e de sua região. Também, as grandes potências, para desequilibrar o desenvolvimento e o ganho de poder das potências

⁶ Organização dada a uma determinada sociedade devido ao modo de produção ali estabelecido. Este modo de produção relaciona-se historicamente com a sociedade que dele reproduz a ordem internacional (SANTOS, 2008).

regionais, acabam influenciando pequenos Estados vizinhos a ela, utilizando-se de acordos e alianças, "as políticas de incentivo que os EUA fornecem a nações menores da América Latina (Uruguai, Chile), visando contrabalançar e isolar o Brasil em disputas políticas e econômicas, como na relação Alca e Mercosul" (PECEQUILO, 2004, p. 66).

Essa necessidade de possuir armas é para conseguir uma representação mundial mais forte. Devemos lembrar que o conselho de segurança da Organização das Nações Unidas - ONU trata sobre segurança, pensando em um mundo não beligerante, o Brasil, devido a sua carga política e diplomática, não teria problemas em fazer parte do Conselho, mas entendendo que o mundo é beligerante, com guerras étnicas e civis, todos os países membros permanentes buscam possuir um poder militar (COSTA, 2011).

CAPÍTULO 2 - A INDÚSTRIA DE ARMAS NO BRASIL: UM PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990.

2.1. Início do desenvolvimento da indústria brasileira.

Iniciamos os estudos a partir do momento em que o Brasil obteve maior investimento e consolidação de indústrias em seu território, porém não nos esquecemos das indústrias de defesa que existiram anteriormente, como o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) que foi criada em 1763, mas produziu seu primeiro navio em 1897, a Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro (1808), entre outras. (MATHEUS, 2010).

A base industrial começou a ser formada no período em que diversas indústrias começaram a vir e surgir no Brasil. O levantamento histórico se inicia, basicamente, durante o governo de Getúlio Vargas, no “Estado Novo”, onde as políticas de incentivo industrial começam a se desenvolver largamente e forma-se um parque industrial.

Este momento político foi divisório no Brasil, que saiu de uma economia agrária cujo poder político se concentrava em oligarquias e passou para funções mais complexas da economia onde visavam o desenvolvimento industrial sobre uma base governamental centralizada. Neste período, com uma conjuntura mundial favorável, planos nacionais foram criados para alavancar o setor industrial no país.

“(…) instaura-se um regime político que é fruto e sustentáculo das classes dominantes, mas que muda as regras do jogo, de modo a garantir, pela proeminência de um Estado forte, ‘acima das regiões, das classes, dos partidos, etc.’, a continuidade acelerada da modernização capitalista do país e a articulação, ‘pelo alto’ de sua unidade nacional.” (COSTA, p.46, 2001).

Com o “Estado Novo” ocorreu uma centralização político-administrativa, onde foram colocados aliados políticos nos estados de modo a beneficiar o governo, proporcionando pouca ou nenhuma resistência contra ações administrativas governamentais. Deste modo a reestruturações dos aparelhos do Estado foram visando órgãos destinados à administração de setores na economia sobre os quais, dentro do plano de desenvolvimento, promulgariam o desenvolvimento no país, foram criadas comissões, conselhos e empresas estatais como, por exemplo, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, Departamento Nacional da Produção Mineral e o Conselho Nacional do Petróleo. Esses órgãos oficiais foram criados dentro

do plano para o desenvolvimento da indústria brasileira, de acordo com a conjuntura do sistema capitalista internacional (COSTA, 2001).

É cabível lembrar que neste governo foi criado o Conselho Nacional de Geografia (1933), que era incumbido de criar um sistema cartográfico do território nacional, devido a problemáticas das fronteiras internas e até de levantar dados de regiões ainda desconhecidas. Também foi criado o Instituto Nacional de Estatística (1934) que procurou oferecer dados estatísticos confiáveis ao governo para seu planejamento setorial. Em 1942 essas duas entidades se fundiram, criando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (COSTA, 2001).

Além dos órgãos administrativos, o governo passou a elaborar planos de desenvolvimento, como o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. O governo entendia que para desenvolver economicamente o país, diversificar as atividades voltadas para o mercado interno e diminuir a dependência brasileira no comércio exterior, o país necessitava de uma infraestrutura básica e obter domínio sobre setores estratégicos, causando na criação de diversas empresas estatais. Podendo adotar estes comum caráter como nacional-desenvolvimentista, o governo procurava gerar a base das indústrias para sustentabilidade e não dependência do país, com indústrias primárias como siderurgia, centrais hidrelétricas, petrolíferas, entre outras.

As indústrias pesadas desenvolvidas na época geraram mão-de-obra qualificada e base para criação de fábricas que atendessem as necessidades do Exército Brasileiro. Neste momento foram criadas seis fábricas⁷ que produziam materiais bélicos:

“(…) a Fábrica de Curitiba (1933) - destinada à produção de viaturas coloniais hipomóveis, cozinhas de campanha, equipamentos de transposição de cursos de água e reboques para viaturas; a Fábrica de Itajubá (1933) - destinada à produção de armamento leve; a Fábrica de Juiz de Fora (1933) - destinada à fabricação de munição de grosso calibre; a Fábrica de Bonsucesso - destinada à fabricação de máscaras contra gases, produtos químicos fumígenos e de gases de guerra; e a Fábrica de Material de Comunicações (1939) - destinada à produção de telefones de campanha, centrais telefônicas, rádios de campanha e cabos telefônicos.” (COSTA, Fernando Sampaio, 2008, p.1).

A produção e venda dos produtos bélicos nacionais para o exterior foi prejudicada devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial, onde diversos países

⁷ Destas 6 fábricas 3 mantém atividade e estão integradas atualmente na IMBEL, a de Itajubá, Juiz de Fora e de Matérias de Comunicação (MATHEUS, 2010).

exerciam esforço de guerra⁸ deixando o mercado internacional de armas saturado, não abrindo espaço para os equipamentos brasileiro. Mesmo internamente essas indústrias não conseguiam produzir matérias que atendessem as necessidades das Forças Armadas.

Principalmente nos dois mandatos de Getulio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e no de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a carga provida para o desenvolvimento industrial nacional autossustentável obtiveram maior destaque, com grandes investimentos em infraestrutura nas áreas vistas como estratégicas (siderurgia, energia, transporte, comunicação...). Neste período foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que foi negociada com o governo dos estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial⁹, a Eletrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras onde os militares brasileiros participaram ativamente das discussões, entre outras. Sobre a Petrobras, os militares em consonância com o governo viam no setor petrolífero uma área que o Estado necessitava ter domínio total, o que acabou se tornando em um monopólio exercido pelo Estado brasileiro (TREVISAN, 1987).

Ocorreu um crescimento nas indústrias de base, antes inexistentes, e delas partiram outras com força, como a automobilística, a eletroeletrônica e outros ramos de ponta. Durante o período de 1950 e 1960 a indústria de defesa brasileira ainda engatinhava, as necessidades militares eram saciadas com acordos e “compras de oportunidade”¹⁰ de artigos bélicos do exterior, matérias estas de segunda mão, já que estávamos inseridos no contexto da Guerra Fria, onde a venda de armas era restrita. (BASTOS, 2005).

Diversos acordos militares foram feitos com o governo dos Estados Unidos como a criação da Lei de Assistência e Defesa Mútua de 1949, a Lei de Segurança Mútua de 1951 e o Acordo de Assistência Militar de 1952. Todos esses acordos foram dentro do contexto da Guerra Fria que asseguravam matérias de defesa aos países

⁸ Esforço de guerra é um termo que surgiu durante a revolução francesa e foi amplamente utilizado durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Consiste na organização econômica e o planejamento industrial que determinado Estado assume para saciar necessidades políticas sobre crise internacional e/ou militar, neste caso seria a mobilização das indústrias nacionais para produção de matérias de defesa. É o equivalente a Mobilização Nacional no Brasil (BRASIL, lei nº 11.631 de 27 de dezembro de 2007).

⁹ Getulio Vargas com diversas ações diplomáticas e pressões, conseguiu uma parceria com os Estados Unidos para a criação de um parque siderúrgico, em troca o Brasil escolhia a “opção” de se coligar aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial (TREVISAN, 1987).

¹⁰ As compras de oportunidade era a aquisição de equipamentos militares de segunda mão. Muitos equipamentos foram comprados nesse contexto como aviões de caça supersônicos, aviões de transporte e reabastecimento aéreo, fragatas e carros de combate. (ABDI, 2011).

aliados e impossibilitavam estes de desenvolvimento bélico autônomo, repassando equipamentos de segunda linha e obsoletos. (CAVAGNARI FILHO, 1996).

2.2 Planos econômicos do governo Kubitschek ao fim da ditadura.

Durante os 30 anos após a Segunda Guerra Mundial os países com economia capitalista se desenvolveram baseados na modernização da sociedade, na implantação do Estado de Bem-Estar e no equilíbrio da economia (PIQUET, 2007). O Brasil acompanhou esse novo paradigma, basicamente no governo de Kubitschek, captando investimentos no exterior, promoveu diversos Planos de Desenvolvimento, como o Plano de Metas de 1957-1960 que gerou investimentos em setores já aflorados da economia brasileira (eletroeletrônico, automotiva, etc.) e na área de transportes, com construções de rodovias, contribuindo para o interligamento do território nacional, principalmente pelo Centro-Sul do país, produtora de matérias primas, centros indústrias e pontos de mercados internos de consumo. (COSTA, 2001).

Na década de 1960 durante o governo de João Goulart se estende ainda o paradigma de substituição de importação, fazendo com que as indústrias permaneçam produzindo bens consumíveis somente internamente, perdendo uma fatia econômica do mercado internacional que poderia ser auferido por políticas de importação. Manteve-se este modelo e com importação basicamente de insumos e matérias primas. Esta política de substituição de importação manteve o quadro econômico brasileiro muito fechado culminando no que pode ser visto ainda hoje em atraso tecnológico e incapacidade de setores da indústria em concorrer internacionalmente (BRUM, 2003).

No período do Governo de João Goulart o Brasil vivia uma grande crise política, o presidente enfrentava diversos empecilhos para exercer sua governança. Após um plebiscito realizado em 1963, Goulart restabeleceu seus poderes e lança o Plano Trienal com uma preocupação sobre o combate à inflação, reformar sociais, desenvolvimento na região Nordeste e crescimento econômico. Este plano foi abandonado devido a pressões dentro do próprio partido (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) do presidente e de conservadores o que fez o governo partir para outros planos com caráter reformista, como as “Reforma de Base”.

Dentro da crise política e econômica, juntamente com o confronto do governo contra interesses multinacionais, os setores conservadores e com a oposição militar,

em Março de 1964 ocorre o Golpe Militar¹¹, João Goulart é deposto e os Militares assumem o governo do Estado durante 21 anos (1964-1985), porém as políticas de modernização centralizadas não são rompidas, pelo contrário, continuam e são largamente ampliadas. A concentração de poder do Estado implantou um “regime autoritário-militar-tecnoburocrático-modernizante”¹² (BRUM, 2003, p.305).

Logo no início do Regime Militar é elaborado o primeiro plano econômico, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-1966) que teve sua importância na maior centralização, criando coordenadorias nas regiões brasileiras, redução do déficit público, corte de gastos, corte de subsídios (como petróleo e trigo), mudanças na legislação trabalhista (em 1966 criou-se o FGTS) e aparelhamento do governo para as ações consequentes.

As empresas nacionais nesta época estavam debilitadas e muito atrás tecnologicamente das estrangeiras, devido à instabilidade político-econômica que o país sofreu nos últimos anos. O governo militar elaborou programas para revitaliza-las e torná-las competitivas internacionalmente:

- “O Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), criado em 1964 para financiar a venda a prazo de bens de produção produzidos no Brasil;
- O Fundece (Fundo de Democratização do Capital das Empresas), criada em 1964 para fornecer às empresas industriais o complemento de capital circulante necessário ao pleno emprego dos meios de produção (a cargo do Banco do Brasil, não chegou a operar efetivamente);
- O Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), criado em 1964 para financiar cursos de pós-graduação e programas de pesquisa nas indústrias de base e formação de técnicos de nível médio e superior nas ciências exatas;
- O Finep (Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas), criado em 1965 para financiamento de programas de desenvolvimento econômico, direcionados para a substituição de importações e a integração vertical agricultura/indústria;
- O Fipeme (Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas), criada em 1965, como um mecanismo de

¹¹ Na época do golpe militar, o Brasil virtualmente não possuía indústria de defesa, cujo desenvolvimento passou então a ser uma das prioridades do novo regime político (MATHEUS, 2010).

¹² Argemiro J. Brum utiliza-se deste termo visando contemplar a esfera organizativa do Brasil durante o período militar, tratando de “autoritário” devido a censura e falta de democracia nas decisões públicas, “militar” devido a inúmeros gestores provenientes do círculo militar inseridos nos diversos aparelhos governamentais, “tecnoburocrático” devido aos tecnicistas (engenheiros, cientistas e demais profissões tecnológicas) que assumiram os cargos de políticos, economistas e filósofos que no caso brasileiro tornou o sistema extremamente burocrático e “modernizante” devido ao desejo do governo militar em tornar o Brasil em grande potência emergente de forma acelerada (BRUM, 2003).

distribuição dos fundos de assistência às pequenas e médias empresas, fornecidos pelo Banco Internacional de Desenvolvimento.” (CAMPOS, 1994, p. 627-628, *apud* BRUM, 2003, p. 318).

Os planos posteriores vieram com o caráter da integração nacional com aplicação da “Teoria dos Polos de Crescimento”¹³ e criação do Ministério do Interior. Nessas políticas se viam a necessidade de existir polos indústrias que a partir deles seriam disseminadas no país as estruturas industriais.

O governo militar se esforçavam para integrar o país e ocupar as áreas vazias com base na criação de diversas esferas administrativas que se fundavam em ferramentas governamentais. Com novos planos econômicos como o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND, 1972-1974) e o II PND (1975-1979) tinham o propósito de expandir a fronteira econômica brasileira e o Programa de Integração Nacional (PID) partia na colonização e povoamento do interior do país (basicamente nas regiões Norte e Centro-Oeste) (COSTA, 2001).

Estas medidas de integração nacional baseavam-se também no sentido de defesa nacional, ocupar áreas vazias para garantir a soberania. O governo militar via no desenvolvimento econômico como um fator de extrema importância para a defesa nacional, além de ocupar o país e desenvolver a economia a outra forma de garantir eficiência na defesa nacional foi à produção nacional de materiais bélicos. Dentro deste contexto existem diversos pensamentos sobre a constituição de uma base industrial militar no país. Também dentro do projeto do governo militar de “Brasil Grande Potência”¹⁴.

2.3 As políticas de incentivo para a indústria de defesa.

Existia inicialmente o desejo de se implantar indústrias e centros de pesquisa militar não só para alavancar o setor, mas de aumentar o nível tecnológico das indústrias de produção civil. Na conjuntura da época, o mundo via o crescente investimento em armas com justificativa do fenômeno de *spin-off* (DAGNINO, 2010). *Spin-off* é quando materiais e tecnologias desenvolvidas para uso militar saíam deste

¹³ Teoria desenvolvida pelo economista francês François Perroux se baseia no estudo da concentração industrial em torno de Paris, onde as indústrias seriam fatores de aglomeração urbana, puxando o crescimento e, posteriormente, o desenvolvimento para determinada área.

¹⁴ Projeto idealizado durante o governo Geisel (1974-1979), seu principal objetivo era: a aceleração do crescimento econômico; implantar um novo padrão de industrialização na indústria de bens de produção, na básica e eletrônica, e; diminuir as disparidades de renda (BRUM, 2003).

círculo e integravam as tecnologias para produção civil, assim como foi com a criação dos fornos micro-ondas, da comunicação via satélite e computadores.

Esse fenômeno ocorreu no pós-guerra da década de 1950, onde empresas privadas (principalmente as norte-americanas) que participaram dos esforços de guerra perceberam que as inovações geradas pelo investimento militar teriam potencial comercial no meio civil. Essa transferência de tecnologia se deu de forma rápida e fácil, culminando na aplicação desta em diversas áreas, substituindo suas mercadorias pelas que incorporavam novas tecnologias, causando uma grande expansão no mercado (DAGNINO 2010).

O fenômeno *spin-off* de fato ocorreu, mas nos anos vindouros que se prolongaram dentro do contexto da Guerra Fria, os países com grande produção de armamento usavam a desculpa do *spin-off* para justificar os altos gastos militares, convencendo a população de que investir em armas traria maior desenvolvimento tecnológico, adensamento industrial e centros de pesquisa. O autor aponta que “esses acontecimentos estão na origem da ideia de senso-comum de que existe um efeito de *spin-off* responsável pela geração de benefícios econômicos e sociais para a sociedade dos países que produziam sistemas de armas” (DAGNINO, 2010, p. 154).

Já, dès do governo de Getúlio Vargas os militares viam no desenvolvimento industrial do país como forma de Defesa Nacional (TREVISAN, 1987) e a partir dessa ideologia que os esforços para levantar uma indústria de armamentos se caracterizam. Além de produzir armas também seriam criadas novas tecnologias para uso civil.

Esse projeto se tornou mais evidente quando o país chegou a um estágio de desenvolvimento econômico, o que vieram a chamar de “milagre econômico”.

O “Milagre Brasileiro” ocorreu entre 1968 e 1972 onde o PIB nacional apresentava índices altos de crescimento e inflação controlada com relativa baixa (no contexto da época). Este termo veio originalmente do que a imprensa internacional chamou de “milagre alemão” e “milagre japonês”, devido à pujança de suas indústrias na década de 1950, logo após a segunda guerra mundial. O governo de Médici foi quem atribuiu ao Brasil que vivia um período de milagre econômico, isso também dentro do ufanismo gerado pelo governo militar, dando ao Brasil visibilidade internacional e procurando desviar a atenção mundial dos problemas sociais e da repressão exercida sobre a população.

Este “milagre brasileiro” veio diferente do alemão e japonês, ele era baseado no capital estrangeiro e não em autonomia financeira, a maior parte dos investimentos

vinha de fora e com a conjuntura capitalista na época, favoreceu o investimento em setores que seguiam os Planos de Desenvolvimento Nacional do governo militar.

Ademais, devido a guerra travada pelos Estados Unidos no Vietnã (1955-1975, os EUA interviam em 1965 à 1973), possibilitou a uma conjuntura mundial favorável a produção e exportação de materiais bélicos e também com o fim do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA (1952-1977), o Brasil se viu habilitado a produzir e por a venda seus matérias de defesa.

Sendo assim o governo brasileiro deu início na década de 1970 a diversos programas e aquisições militares, de forma a reequipar e modernizar as Forças Armadas e estabelecer um poder dissuasório no país¹⁵. Nesta época a base industrial de defesa brasileira apresentou expansão e diversificação, procurando acompanhar o aumento da demanda de produtos de defesa, abarcada pela política econômica desenvolvimentista do regime militar (ABDI, 2011).

Nesta época começou a surgir as principais Indústrias de Defesa, aquelas que efetivamente produziam matérias para a guerra. Muitas destas indústrias obtiveram auxílio do governo pra se estabelecerem, de poder estatal, ou de capital misto e ou era de todo capital nacional.

O exército criou a IMBEL em 1975¹⁶, a Marinha criou a Emgepron em 1982, a Embraer existe desde de 1969 com capital misto com o controle da aeronáutica que consolidou a empresa no ramo militar com projetos como o jato de treinamento Xavante, avião de treinamento Tucano e o caça tático AMX. ENGESA e Avibras são empresas de capital privado que nos anos 1970 iniciaram o desenvolvimento e produção no mercado militar.

As empresas que seguiram aos objetivos estratégicos estipulados pelo governo militar constituíram um “ambiente empresarial” para criação e desenvolvimento destas tecnologias. O desenvolvimento científico e tecnológico sistemático para este setor tinha uma visão a longo prazo, dentro de formação de recursos humanos (Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA e o Instituto Militar de Engenharia - IME), de

¹⁵ Alguns desses programas foram as fragatas da classe Niterói, o programa nuclear da Marinha visando à propulsão naval, submarinos da classe Tupi, aviões supersônicos Mirage III e F-5 Tiger II, avião de treinamento a jato Xavante, aviões de caça subsônicos AMX, veículos blindados de reconhecimento EE-9 Cascavel e de transporte EE-11 Urutu, sistema de artilharia por foguetes de saturação Astros II, entre outros (ABDI, 2011).

¹⁶ A Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigues de Freitas criada em 1808 se fundiu com outras 4, criando a IMBEL (MATHEUS, 2010).

pesquisa (Centro Técnico Aeroespacial - CTA) e fomento a Pesquisa e Desenvolvimento (DAGNINO, 2010)

Assim como afirma Cavagnari Filho:

“O Brasil, apesar das dificuldades internas de natureza política e econômica, conseguiu se capacitar em vários setores considerados de tecnologia sensível e dual (com finalidade civil e militar), como a nuclear e a espacial, e passou, com isso, a ser alvo de boicotes, de restrições, de pressões e até mesmo de retaliações por parte dos países industrializados, principalmente os EUA.” (CAVAGNARI FILHO, 1996, p.345).

Os boicotes que Cavagnari Filho relata são devido a autoafirmação brasileira na década de 1970. Autoafirmação no sentido da política exterior que foi adotada de forma mais agressiva, dando primazia ao mercado internacional e incrementando as exportações de produtos manufaturados, assim como as relações brasileiras com outros países, passando das discussões multilaterais para as bilaterais¹⁷. Da mesma forma foi à busca de pactos com outros países como França, Alemanha, Japão, e até os de economia socialista como China, Angola e Moçambique, procurando assim se desvincular da órbita estadunidense. Esta política também foi tomada devido a forte dependência do petróleo, chegando a negociar com países árabes e se distanciando de Israel (MIYAMOTO, 1995).

Juntamente, a política estadunidense de restrição ao fornecimento de armas para o “Terceiro Mundo”, abriu um mercado onde vários países procuraram ocupar, dos que conseguiram alguns já eram tradicionalmente produtores, como a Rússia e a França. Outros países de indústria recente também tentaram entrar neste mercado, o Brasil procurou se beneficiar também deste nicho aberto, conseguindo acento neste mercado (junto com outros países) devido aos produtos vendidos serem diferentes dos encarecidos e dificilmente operados produtos de defesa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Muitos materiais brasileiros não possuíam uma tecnologia tão avançada, foram projetados para a própria necessidade das Forças Armadas brasileiras, necessidades estas que eram semelhantes as existentes no Oriente Médio (DAGNINO, 2010).

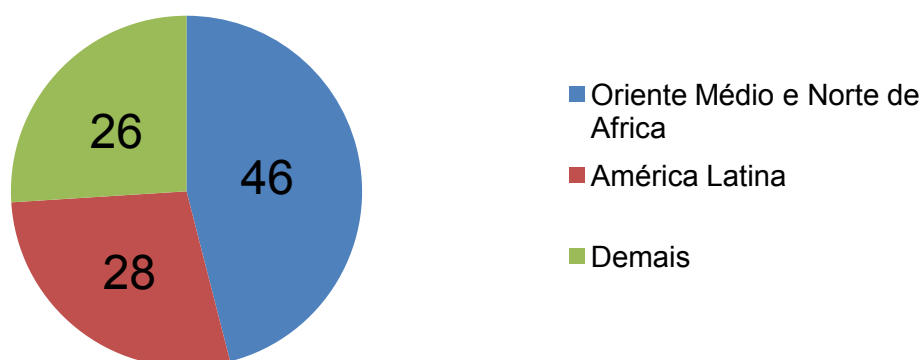
O país era extremamente dependente do petróleo, e com a proximidade dos países árabes, a venda de arma para estes países foi um dos principais indutores da consolidação da indústria de defesa brasileira, não excluimos as vendas para a África

¹⁷ As políticas bilaterais foram adotadas para assuntos específicos do governo, como c explica as viagens de Geisel para o México e Uruguai, as negociações sobre a Bacia do Prata com a Argentina e Paraguai e com o Pacto Amazônico (MIYAMOTO, 1995).

e nem as para a América Latina, porém a troca de armas por petróleo era vital para a economia do país.

Gráfico 1: Exportações de produtos estratégicos de defesa por região.

Brasil: Exportações de Produtos Estratégicos de Defesa por região de destino (em %) (1980 - 1989)



Fonte: SIPRI *apud* ABDI, 2011, p. 19.

Nesta época o Brasil ficou conhecido mundialmente como exportador de armas, chegando a 5ª posição no ranking mundial de exportação de materiais bélicos, ranking elaborado pelo Instituto de Pesquisa sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI) que obtinham informações dos próprios governos para elaborar seus estudos.

Porém, Dagnino (2010) aponta alguns dados incoerentes sobre a exportação brasileira, onde o regime militar possuía uma política de desinformação, evitando uma avaliação dos seus custos e benefícios, e de inflação em maquiagem dos números. Segundo Dagnino o governo:

“para proteger a Indústria de defesa, por antecipação, de eventuais críticas, foi orquestrada uma campanha sistemática para inflar os números das exportações brasileiras. Declarações foram capciosamente fornecidas pelas empresas, fazendo com que, por exemplo, a imprensa noticiasse o valor de contratos de fornecimento com outros países, a serem cumpridos durante vários anos, como sendo o valor das exportações daquele ano. Foi dessa maneira que se publicou nos jornais brasileiros, em primeira mão, e depois pela imprensa internacional, cifras de exportação que chegavam a cinco bilhões de dólares anuais!” (DAGNINO, 2010, p. 190).

Esta desinformação e maquiagem dos fatos regida pelo governo têm como principal justificativa a de manter a manutenção e apoio governamental para as indústrias de defesa brasileira, impedindo seu questionamento pela sociedade (esta ludibriada) e seus potenciais compradores internacionais.

Figura 1: EE-9 Cascavel, ENGESA.



Veículo de combate EE-9 Cascavel, ENGESA. Este produto foi largamente vendido pela ENGESA para países da África, Oriente Médio e América Latina. Como podemos ver nessa imagem de um veículo produzido por uma empresa brasileira sendo utilizado por uma força armada estrangeira (Bolívia). Fonte: Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:EE-9_Cascavel_de_Bolivia.jpg>, Acesso em: 29 out. 2012.

2.4 A crise na produção de materiais de defesa.

Na década de 1980 a imprensa internacional, como as europeias e a norte-americana, atacavam as políticas exercidas pelo governo brasileiro, o pressionando e influenciando a população brasileira. O governo norte americano também criticou as medidas autoritárias do governo brasileiro, principalmente durante o mandato do presidente democrata Jim Carter (1977-1980) em que seu plano de governo era a defesa dos direitos humanos.

Com o tempo e com o desgaste do regime militar, em 1985 os militares saem do controle do governo e inicia-se um processo de redemocratização do Estado. A reestruturação democrática nos países foi dada junto a uma conjuntura mundial, onde diversos países da América Latina se redemocratizavam. Nesse processo muitos países optaram para a alternativa política e econômica corrente da época, opção essa que foi declarada no Consenso de Washington¹⁸, este proporcionou a inserção de políticas neoliberais.

A indústria de defesa recebeu diversos golpes, primeiramente com o fim da ditadura militar (1985) a assistência do governo para a indústria de defesa praticamente acabou. “A partir daquele período, instaurou-se uma crise decorrente de divergências entre a indústria e o governo, entre a necessidade de ocupar um nicho de mercado e preencher requisitos operacionais das Forças Armadas” (PROENÇA JÚNIOR, 1993, p. 44, *apud* MATHEUS, 2010, p.31).

Outro golpe foi a diminuição das compras pelos países árabes que se deu pelo fim da Guerra Irã-Iraque, onde muitos autores estipulam como momento crítico para a indústria de defesa, sendo que para este conflito as indústrias brasileiras vendiam produtos para as forças armadas iraquianas. Talvez o golpe fatal foi que com o fim da exportação, as forças armadas brasileiras não absorveram a demanda ofertada pela indústria brasileira, muitas vezes devido a seu baixo grau tecnológico, os militares, para cumprir sua missão, necessitavam de sistemas de armas mais desenvolvidos na época, necessidade que a indústria de defesa nacional não conseguiu suprir (DAGNINO, 2010).

Com a desagregação do controle e apoio do governo para a indústria de defesa e também as demais indústrias do país, o descontrole da produção efetivou um maior crescimento para as empresas privadas, tendo assim uma produção

¹⁸ O Consenso de Washington foi formulado em 1989 por economistas estadunidense, pelo banco Mundial e FMI que escreveram um conjunto de medidas com 10 regras básicas de caráter neoliberal, visando, basicamente, a liberalização do mercado.

quantitativamente ampliada, relativa aos padrões técnico e capitalista, produzindo um crescimento econômico, porém sem um projeto nacional, com o Estado perdendo o controle de investimentos locais. Assim, parte do parque industrial construído nos períodos anteriores foi desnacionalizado, desestatizado ou interrompeu suas atividades. Como explica Santos (2001), parte do investimento público acabou beneficiando as empresas onde muitas delas eram internacionais.

Muitas das empresas de materiais de defesa faliram ou tiveram que diversificar sua produção para sobreviver na nova organização, tornando-se indústrias de autopeças ou de suprimentos para armamentos.

Talvez, pela nova organização política nacional no pós-ditadura militar, a sociedade brasileira já não se via inserida no contexto da Guerra Fria, não existindo uma ameaça externa como antigamente, e com isso não havia a necessidade de despendar investimentos para a indústria armamentista.

“A vulnerabilidade política e militar decorre da inexistência ou insuficiência de produção doméstica de material bélico e de pesquisa tecnológica na área de armamentos; da convicção ideológica por parte de certas elites da escassez de poder do Brasil e da conseqüente - ainda que inconfessada - necessidade de alinhamento político; e, finalmente, do complexo de inferioridade político-militar, de natureza e origem colonial, que inclui o medo do pecado mortal que é, para uma colônia, ter armas. Na colônia moderna, a racionalização do complexo se faz a partir da ideia de que a defesa é inútil e impossível diante da megametrópole, ou um desperdício, diante dos problemas sociais domésticos.” (GUIMARÃES, 2006, p.24).

A produção e as exportações de materiais de defesa brasileira nunca foram expressivas, nem na relação bilateral desenvolvida com o Iraque e nem nas vendas desses produtos para o mundo, a indústria de defesa brasileira não foi forte o suficiente por características políticas no sentido de pesquisa e desenvolvimento ou como sugere Guimarães (2006), a sociedade brasileira não viu necessidade em gastar dinheiro na área da defesa.

A verba destinada a projetos militares diminuíram ou cessaram, empresas que despendiam esforços financeiros sobre programas de uso específico em que opções de *spin-off* eram dificultada. Mesmo projetos de elevada importância estratégica apresentaram atrasos e cortes orçamentários.

O que vimos durante este capítulo foi como se desenvolveu indústria brasileira, os programas econômicos, as transformações do Estado, as visões sobre defesa nacional e as políticas empregadas para indústria de defesa. Conhecendo como foi

criada e desenvolvida a indústria bélica no país, podemos entender as colocações feitas por muitos políticos, empresários e militares sobre a atual revitalização deste setor. No próximo capítulo vamos identificar as novas políticas acerca da defesa nacional e a postura do Estado sobre este assunto com a sociedade brasileira e no meio internacional.

CAPITULO 3 - OS DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR DE DEFESA.

A volta dos civis ao governo brasileiro foi um evento de suma importância para a democracia no país, novas políticas e ações foram tomadas, porém, como vimos anteriormente, a área da defesa foi deixada de lado. Neste capítulo iremos analisar a retomada das discussões a cerca da defesa e segurança brasileira, como os governos civis encararam o tema e as políticas desenvolvidas nesse processo.

Selecionamos os documentos que exerceram maior destaque e relevância nas políticas da área da defesa, iniciando a análise com: a Política de Defesa Nacional de 1996; a criação do Ministério da Defesa em 1999; Os ciclos de debates sobre o novo pensamento brasileiro na questão da defesa, que duraram de 2003 a 2004; A Política de Defesa Nacional de 2005; a Política Nacional da Indústria de Defesa de 2005; a Estratégia Nacional de Defesa de 2008; a construção do Livro Branco da Defesa Nacional que se iniciou em 2011; sobre a lei nº 12.598 de 2012 e as Empresa Estratégica da Defesa, e; sobre as novas compras e encomendas no setor militar.

3.1 A Política de Defesa Nacional de 1996

Após o regime militar e as transformações políticas e econômicas que ocorreram na década de 1980 e início de 1990¹⁹ criou-se um novo ambiente nacional, concomitantemente com uma nova conjuntura mundial (fim da Guerra Fria e globalização). O Brasil que anteriormente havia investido no setor da indústria bélica, reduziu neste período os gastos nesse setor, atrasando ou mesmo cancelando alguns projetos²⁰. A exceção foi o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM (1994 a 2002).

A área da defesa era deixada de lado das discussões do Estado e da sociedade (embora existisse o Conselho de Defesa Nacional e a Secretaria de

¹⁹ Considerando alguns eventos como as “Diretas Já” entre 1982 à 1983, em 1985 o fim da ditadura, a nova Constituição Federal de 1988, as eleições de 1989, a entrada do Neoliberalismo, o Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o Plano Real e a abertura econômica.

²⁰ O submarino nuclear ficou uma grande parte do tempo parado, sem investimentos ou pesquisa por um longo período, já o veículo de combate Osório, que era um produto destinado para combate no deserto, foi cancelado, tempos depois o projeto foi revivido, porém com perspectiva de atuação em território nacional (ABID, 2011).

Assuntos Estratégicos da Presidência da República), pesquisadores como Proença Junior, Diniz, Cavagnari Filho e Dagnino atentavam para a importância deste setor.

Somente em 1996 começou uma formulação da Política de Defesa Nacional (PDN), com a divulgação do primeiro documento que instrui uma política declaratória de defesa brasileira e trata sobre vantagens, desvantagens da inércia do Brasil no campo da defesa (PROENÇA JUNIOR & DINIZ, 1999). Também foi um marco importante pelo fato de romper com a retórica da Escola Superior de Guerra, sendo escrita por militares e civis (SVARTMAN, 2012).

O documento é considerado politicamente norteador e faz um levantamento das questões gerais no âmbito da defesa nacional, sendo uma declaração da postura brasileira para comunidade internacional.

Este documento, com cinco páginas, é anterior ao Ministério da Defesa e neste sentido foi muito importante para a época, com a criação de uma política norteadora da atuação brasileira na defesa nacional. Ele também reflete bastante o quadro internacional, analisando a conjuntura da época:

"Com o fim da confrontação Leste-Oeste, verifica-se, no atual processo de reacomodação de forças, o surgimento de um ambiente internacional multipolar indefinido e instável, gerado pela falta de correspondência entre os centros de poder estratégico-militar, político e econômico, cuja evolução ainda é difícil de se prever." (BRASIL, 1996, p. 1)

O documento procurou iniciar as discussões de defesa nacional dentro da nova conjuntura mundial. Como desafio pontua a extensão do território nacional e inclui em suas perspectivas o Atlântico Sul e a necessidade de integração da América do Sul, baseando-se pelo Mercosul, pelo Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação da Zona de Paz na região. Dentro dos objetivos ele reafirma o que está escrito no artigo 4º da Constituição Federal de 1988, inserindo a premissa de "projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional;" (BRASIL, 1996, p. 3).

Em suas diretrizes ele mostra as ações brasileiras em meio internacional, como a participação de organizações, missões em manutenção da paz e relação integradora com os vizinhos, destacando a atuação de forma dissuasória nas fronteiras.

Sobre a política industrial de defesa, o documento trata uma única vez propondo: "buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e

de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa." (BRASIL, 1996, p. 5). Claramente a indústria de defesa em si não é, nesse período, um dos fatores principais para serem alcançadas segundo as diretrizes propostas pelo documento.

Segundo Svartman (2012), o fato de o documento ser pequeno e generalizador expõe "que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC, de 1995 a 2002) estava interessado na realidade em criar um ministério e não da formulação de uma estratégia detalhada" (SVARTMAN, 2012, p. 29).

Ainda Svartman, diz que ela foi redigida em um período de "otimismo liberal" do governo FHC, definindo o pós-guerra em um "ambiente internacional multipolar indefinido e instável" (BRASIL, 1996, p.2), estipulando que o Estado enfrentaria novas regras diplomáticas e uma convivência com a participação de atores não governamental no meio internacional. O documento ainda diz que o país "determinaria, livre de matrizes ideológicas, sua inserção estratégica e suas prioridades no campo da defesa" (BRASIL, 1996, p.2).

"Ao longo dos anos 1990 o Brasil empreendeu um forte movimento de adesão aos regimes internacionais o que, neste aspecto, o colocou 'em dia' com várias demandas de Washington. A PDN de 1996 não apresenta pontos de atrito ou de divergência em relação aos Estados Unidos, entretanto silencia a respeito de boa parte da nova agenda de segurança deste país para a região. Nada fala a respeito do combate ao narcotráfico, lavagem de dinheiro, corrupção e outras ameaças não estatais." (SVARTMAN, 2012, p. 30).

É evidente que esta política seguiria de acordo com o neoliberalismo e a gestão presidencial da época, explicando assim seu caráter pouco enfático e decisório. Este documento foi criado pelas agências e ministérios da época, não sendo essencialmente uma política de defesa, mas sim um documento de harmonização de pontos de vista entre os órgãos governamentais responsáveis pelos assuntos externos do Brasil²¹ (PROENÇA JUNIOR & DINIZ, 1999).

Nesta política se via uma necessidade de melhor organização das instituições e ministérios para o desenvolvimento estratégico e político da defesa nacional, uma

²¹ A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República — SAE/PR, os ministérios militares e o Ministério das Relações Exteriores — Itamaraty ou MRE, além da presença, pouco clara em termos institucionais, do Ministério da Justiça (PROENÇA JUNIOR & DINIZ, 1999).

estrutura de comando que unificasse as diversas organizações militares das forças singulares em um todo coordenado. O presidente da república necessitaria de duas instituições, do Estado-Maior que concentre as responsabilidades pelo planejamento em operações militares integradas, e a necessidade de assessores capazes de articular o planejamento e execução militar com iniciativas e ações diplomáticas (PRONÇA JUNIOR & DINIZ, 1999). Com este pressuposto em 1999 é criado o Ministério da Defesa.

3.2 A criação do Ministério da Defesa (MD).

A ideia de integrar as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) em um ministério vem desde a presidência de Castelo Branco (1964 - 1967), porém não ocorreu em seu governo devido aos próprios militares serem contra. Na elaboração da Constituição de 1988 também se discutiu a criação do ministério, mas novamente não progrediu. Já no governo de FHC, em seu plano de governo, ele pretendia discutir a criação do ministério em 1995, porém ele só foi concretizado no seu segundo mandato, que a partir de estudos sobre os ministérios de outros países²² criou um grupo interministerial para a sua elaboração. Em 10 de junho de 1999 foi oficialmente criado o Ministério da Defesa do Estado com Elcio Álvares como Ministro Extraordinário da Defesa (1999 a 2000) e extinguindo os ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército, tornando-os Comandos.

Esta foi uma mudança radical devido aos militares agora serem subordinados a um chefe civil (Ministro da Defesa) e rebaixando os antigos ministros a comandantes. O Ministério da Defesa "é condição necessária – ainda que insuficiente – ao exercício de um controle civil democrático sobre os militares" (FUCCILLE, 2006, p. 130), cabe ao poder político regular e distribuir o poder de cada força e seus mecanismos de definição, preparação e acionamento do aparelho militar.

O Ministério da Defesa seguiu em seu início, dentro de sua competência, os determinados pontos:

"(...) Política de Defesa Nacional; política e estratégia militares; doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas; inteligência estratégica e operacional

²² Os Ministérios da Defesa da Alemanha, da Argentina, do Chile, da Espanha, dos EUA, da França, da Grã-Bretanha, da Itália e de Portugal foram escolhidos para análise aprofundada porque possuíam algum tipo de identificação com o Brasil, como extensão territorial, população, efetivo das Forças Armadas, entre outros fatores (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

no interesse da defesa; operações militares das Forças Armadas; relacionamento internacional das Forças Armadas; orçamento de defesa; legislação militar; atuação das Forças Armadas na preservação da ordem pública, no combate a delitos transfronteiriços ou ambientais, na defesa civil e no desenvolvimento nacional; constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas, só para ficarmos nos temas mais sensíveis." (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, s/d, p. 2-3, *apud* FUCCILLE, 2006, p.142).

Sua organização também pode ser vista no anexo 1.

Dentro da organização do Ministério existem várias secretarias, divisões e assessorias, porém no "nucleo-duro"²³ da organização é composta pela Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais - SPEAI e pelo Estado-Maior de Defesa - EMD. A SEPAI trabalha com análise constante da situação estratégica nacional e internacional, assuntos de caráter político-estratégico e educação militar, já o EMD formula doutrinas e planejamentos para as operações militares, atua em operações e manutenção da paz e orienta sobre atividades de inteligência.

Nesta época, os órgãos do MD eram trabalhados somente por militares, possuindo pouquíssimos civis na estrutura de defesa, isso também se deve a negligencia de diversos pontos não trabalhados na formulação do ministério como a ocupação de civis na nova burocracia e a falta de aprovação dos comandantes militares pelo Senado (FUCCILLE, 2006). O processo de inserção de civis só se deu no governo posterior, onde trabalharemos melhor a seguir.

A nomeação de um civil para Ministro da Defesa teve um caráter político para a consolidação da democratização com o controle das Forças Armadas nas mãos públicas. Mas a gestão de Álvares durou somente um ano, devido a sua falta de familiaridade com a temática militar e pela acusação de lavagem de dinheiro em Minas Gerais. Seu sucessor, Geraldo Magela da Cruz Quintão (2000 - 2002) fez na sua gestão o reforço da presença militar na Amazônia e a recuperação da capacitação operacional da Força Aérea Brasileira (Idem, 2006).

A este inicio modesto e pouco expressivo também se deve pela tradição autárquica militar, onde endogenamente cria suas políticas, diretrizes e determinações, a partir de inúmeros estudos com sua própria visão de Brasil/Mundo que saíram da Escola Superior de Guerra durante anos, sua percepção é de

²³ Nucleo-duro se refere aos órgãos com maior influencia dentro do Ministério, assim como a SPEAI que formula as bases da política de Defesa Nacional e a Política e Estratégia Militar (FUCCILLE, 2006).

superioridade corporativa (TREVISAN, 1987). Era natural que o início das atividades do recém Ministério fosse atribuídas aos militares e não aos civis como era idealizado, mas mesmo assim a criação deste foi o ponto inicial para elaborar novas discussões sobre o pensamento da defesa brasileira, produzida juntamente entre os civis e militares.

3.3 Os ciclos de debates e o novo pensamento brasileiro.

A partir do governo de Luis Inácio da Silva (Lula, de 2003 a 2011), respeitando as propostas eleitorais e requisições dos militares, iniciam-se discussões sobre a defesa brasileira, com o “Ciclo de Debates em Matéria de Defesa e Segurança”, dando base para uma organização política no setor de defesa e armamentista. Foram realizadas várias rodadas de debates que duraram de 2003 à 2004 com pensadores, tanto militares como civis nas mais diversas áreas²⁴.

Essas discussões foram inéditas no país devido a grande participação de civis em um assunto que era dominado somente pelos militares. Foram oito rodadas de debates, discutindo diversas áreas estratégicas para a defesa e segurança. O produto destes trabalhos foi uma coleção intitulada Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança com os títulos: Reflexões sobre defesa e segurança uma estratégia para o Brasil; O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança; As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País, e; Desafios na atuação das Forças Armadas.

Essas ações não vieram por acaso, no final da década de 1990 e no começo do século XXI a América do Sul estava reequipando suas Forças Armadas, o Brasil também necessitava se reequipar, porém, também visando um posicionamento global, o governo Lula deu uma atenção maior à área do que governos brasileiros anteriores, levantando diversas questões. Na 5ª rodada do Ciclo de Debates, se discute sobre a revitalização da indústria de defesa brasileira. Estas discussões, ao final, não atingiu todos os propósitos, mas gerou documentos de alta relevância no assunto (DAGNINO, 2010).

²⁴ Nas discussões estiveram presentes jornalistas, pesquisadores acadêmicos, “partidário da produção local de material de defesa, empresários que haviam participado dos ‘anos dourados’ da Indústria de Defesa, subcontratantes, proprietários de empresas fornecedoras de itens de uso corrente em busca de nichos de maior sofisticação, militares afeitos à pesquisa e desenvolvimento, burocratas envolvidos com o fomento a setores industriais de alta intensidade tecnológica, etc.” (DAGNINO, 2010, p. 16)

A revitalização da indústria de defesa não foi o assunto principal, ela surgiu junto as discussões de reaparelhamento e orçamento das Forças Armadas. Foi consenso entre os debatedores que as Forças Armadas deveriam adquirir materiais de defesa nacionais e para tanto era necessário que ocorresse uma revitalização deste setor. Inúmeras oratórias imediatistas e alarmantes foram dadas sobre o aumento do orçamento militar²⁵.

Também, os militares abordando os processos de expansão econômica, levantaram o debate sobre a confiabilidade do Brasil aos olhos dos investidores estrangeiros, avaliando não só a economia, mas como o país desenvolve e mantém sua segurança, justificando o aumento orçamentário. Porém a classe civil presente lembrou que o Ministério da Defesa já possui um orçamento alto, os gastos se concentram prioritariamente com pessoal, indo até mais para militares inativos do que os ativos (DAGNINO, 2010).

O que recebeu apoio dos participantes do debate foi a ideia de profissionalização das Forças Armadas, com melhor qualificação dos militares e à produção de pesquisa e desenvolvimento em defesa, nesse sentido essa "profissionalização das Forças Armadas por meio de um reaparelhamento via P&D e produção local de materiais de defesa 'levaria' a uma imediata revitalização da Indústria de Defesa" (Idem, 2010, p. 29).

Essas considerações dadas levam-nos a discutir o setor. Para outros países, onde existem ameaças externas, os processos que definem as decisões relacionadas à indústria de defesa são de interesse público, coletivo e relacionados aos interesses nacionais, não só dos atores que a formulam. No caso brasileiro, nesta mesma racionalidade, os atores públicos e privados participantes das decisões devem contemplar em suas ações alguns benefícios para a sociedade e economia (pensando macroeconomicamente). Isso não quer dizer que o empresário não será beneficiado, mas o produto produzido por estas empresas normalmente é oligopsônio ou monopolsônio e inerentemente politizado²⁶, atores partidários da revitalização tem de estar cientes que a organização, pesquisa, produção e desenvolvimentos devem estar atrelados aos preceitos e estratégias governamentais juntamente com a sociedade.

²⁵ Muitos militares o fizeram e também civis atrelados a "rede de revitalização", como as de que o orçamento deveria ser aumentado para 2,1% do PIB, dadas pelo ex-senador Marcelo Crivella, atual ministro da Pesca e Aquicultura do governo de Dilma Rousseff (DAGNINO, 2010).

²⁶ O governo é quem realiza a maior parte das compras e regula suas exportações (ABID, 2011).

Nenhum país produz armas para obter rendimento econômico, as exportações são uma forma de amortizar os gastos que este cria. No entanto os partidários da revitalização (empresários, jornalistas, pesquisadores, políticos e principalmente, militares), aproveitando-se de normas democráticas, influenciam e pressionam o processo de elaboração das políticas para a revitalização (DAGNINO, 2010). A agenda de políticas de um grupo particular acaba entrando juntamente com a agenda pública, desvencilhando do real foco e criando políticas que beneficiem certos estamento empresarias. Para este grupo de partidários Dagnino (2010) deu o nome de “Rede da Revitalização”.

A partir destas discussões do Ciclo de Debates é possível analisar que os defensores da revitalização agiram de forma organizada, com argumentos de que: a indústria elevaria o grau tecnológico do país e devido ao processo de *spin-off*, obteria ganchos no comercio exterior por meio da exportação dos produtos de defesa; a substituição de importações no âmbito militar, e; as vantagens geopolíticas de se possuir indústrias de armamentos forte, possibilitaria barganha com grandes potencias e projeção de poder (DAGNINO, 2010).

O novo pensamento gerado pelo governo culminou em diversas políticas e documentos relacionados à defesa, como nas portarias a seguir:

a) Portaria nº 075/MD de 10 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a ativação do Centro de Certificação, de Metrologia, de Normalização e de Fomento Industrial das Forças Armadas (CCEMEFA) e institui seus sistemas. Visa padronizar e melhorar a qualidade dos produtos de defesa, assim como incentiva a produção. Funciona como o “Inmetro” da indústria bélica.

b) Portaria nº 611/MD de 12 de maio de 2005, que dispõe sobre a Instituição da Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID). Esta comissão procura coordenar os estudos ao fomento às atividades de pesquisa, de desenvolvimento, de produção e de exportação de produtos de defesa; integrar os projetos e propor medidas de qualificação humana. O Ministério da Defesa saberá de tudo o que estará sendo pesquisado na indústria bélica e procurará auxiliar na medida do possível.

Em 2005 ocorre a reformulação da Política de Defesa Nacional. Documento desenvolvido por setores militares e civis é voltado para o planejamento da defesa contra "ameaças externas", estabelecendo diretrizes para o preparo, emprego e capacitação, coordenados pelo Ministério da Defesa. Apoiando-se na Constituição Federal, o documento se valida como de interesse de toda sociedade brasileira, sendo

uma das ferramentas para recobrar a percepção de ameaças e basear força na projeção de poder do Brasil.

3.4 A Política de Defesa Nacional de 2005.

Diferentemente da anterior (PDN de 1996), esta estipula de maneira mais específica os preceitos governamentais, colocando como relevante a necessidade do país para se defender de "eventuais agressões" em seu território. Seguindo a atitude do governo de trazer ao meio civil a discussão, o documento também visa como política a conscientização da sociedade sobre o tema da defesa. O documento até faz definições de Segurança e Defesa²⁷ para atingir o público menos informado.

Segue os conceitos atribuídos pela PND:

"I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas." (BRASIL, 2005).

O documento faz uma análise do ambiente internacional, constatando que os conflitos atuais seriam de "caráter étnico e religioso, a exacerbação de nacionalismos e a fragmentação de Estados". Novamente ele reafirma as necessidades de defender as fronteiras (principalmente as Amazônicas) e o território marítimo (o Atlântico Sul). Outra justificativa dada pelo documento é que "a configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz" (BRASIL, 2005).

Da parte regional ele reafirma o escrito em 1996, com aprofundamento nos laços de cooperação regional da América do Sul, relaciona também aos países africanos próximos ao Atlântico Sul, visando os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), porém, pelas considerações dadas aos países

²⁷ Estas definições partem da visão do governo, correlacionando conforme os padrões da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), a visão de segurança coletiva e cooperativa (PROENÇA JUNIOR & DINIZ, 1999).

africanos em geral no documento, eles seriam contemplados após consolidação da cooperação sul-americana.

Muitas considerações de importância sobre a defesa contra “agressões externas” são feitas, porém não existe nenhum apontamento do que seria o “inimigo” do país, obviamente não interessa ao governo nomear Estados com os quais eventualmente entrasse em desentendimento. Mesmo assim medidas que combateriam possíveis agressões não são bem definidas, carece de objetivos claros e tomadas de ações específicas na área, além de somente dizer “fortalecimento das fronteiras”. O cuidado ao se escrever o documento, ou a falta de informação, deixou o documento superficial (PEREIRA, 2010). Mas também devemos considerar a fala de Eduardo Ítalo Pesce²⁸ que diz que no “meio civil brasileiro, é comum a ideia errônea de que qualquer discussão em torno da Defesa Nacional deve começar pela identificação dos prováveis inimigos”, isso porque “nomear inimigos potenciais é fazer inimigos reais” (PESCE, s/d).

Ainda, o documento faz considerações para a indústria de defesa de forma abrangente e pouco determinante, primeiro abrindo o discurso da necessidade de possuir uma indústria neste setor para redução da dependência tecnológica, capacitando o acesso do Brasil para as tecnologias sensíveis²⁹. Efetivamente, a indústria ainda não recebeu uma diretriz bem definida para exercer sua reestruturação, mas na PND em suas diretrizes é colocado:

"XVII - estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa;
(...)
XXIV - criar novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa;" (BRASIL, 2005)

A falta de especificidades neste documento provavelmente deve ser devido ao desenvolvimento da Política Nacional da Indústria de Defesa, que foi aprovada no mês posterior a divulgação da Política de Defesa Nacional.

3.5 A Política Nacional da Indústria de Defesa e a Base Industrial de Defesa.

²⁸ Pesquisador da área da defesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

²⁹ Tecnologias sensíveis são as de alto grau tecnológico que, devido a fatores estratégicos e geopolíticos, não são comercializados no mercado internacional de armas (DAGNINO, 2010).

O Ministério da Defesa aprova pela Portaria Normativa nº 899/MD de 19 de julho de 2005 a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) para fortalecer e desenvolver a Base Industrial de Defesa (BID). A PNID segue por sete objetivos:

- I - Conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID;
- II - Diminuição progressiva da dependência externa em produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente;
- III - Redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções com relação aos produtos importados;
- IV - Ampliação da capacidade de aquisição de produtos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas;
- V - Melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa;
- VI - Aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações;
- VII - Melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2005).

A Base Industrial de Defesa (BID) é definida nessa diretriz como o conjunto de empresas com envolvimento na indústria de defesa, seja na produção, na prestação de serviços, em consultorias e treinamentos, segundo o Ministério da Defesa, em seu sítio eletrônico, BID:

“É o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participam de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa (bens e serviços).” (BRASIL, Ministério da Defesa, 2010).

Dagnino nos lembra sobre o conceito de Indústria de Defesa, indústria esta que propriamente produz sistemas de armas e materiais de defesa, pontuando sobre a BID:

“esse conceito se refere a algo bem mais amplo do que aquele de Indústria de Defesa. E é interessante destacar que, no sítio onde se define o conceito de BID, que se refere a um conjunto de organizações entre as quais se encontram as empresas que produzem e desenvolvem material de defesa, e que compõem, por isso, o que se costuma denominar Indústria de Defesa, este último conceito, mais importante para caracterizar a eficácia militar de um país (mais antigo, conhecido e citado na bibliografia sobre o tema), não é definido. E isso apesar de que Indústria de Defesa é o item sob o qual aparece a definição de BID!” (DAGNINO, 2010, p. 94).

A atenção dada para este conceito nos permite visualizar e entender melhor o que circunda as empresas e indústrias classificadas como BID. Uma BID é algo muito maior que uma Indústria de Defesa, as empresas advogadas a elas podem não ter caráter ou produção destinadas especificamente à defesa, isso porque toda empresa que participa em partes no desenvolvimento de um sistema de arma, pode ser considerado como um integrante da BID. O conceito BID é extenso devido à possibilidade de qualquer empresa que faça ligação com a produção de materiais de defesa, ou seja, potencialmente, mesmo empresas que não tenham ligação com a área da defesa, hora ou outra elas podem vir a ter.

Estes conceitos e termos novos que surgiram são devido a busca de uma definição conclusiva para o setor da defesa e para a indústria, como vimos anteriormente, é com elas que os partidários da revitalização procuram fundamentar suas alegações para justificar investimentos e políticas tributárias no setor da defesa.

Posteriormente foram sancionadas lei de cunho econômico e estratégico militar que partiram dos paradigmas criados dos documentos³⁰. Mas é em 2008 que um novo documento de grande relevância para a defesa e para a indústria é criado, a Estratégia Nacional de Defesa (END), documento interministerial, criado com planos de médio e longo prazos objetivando modernizar a estrutura da defesa brasileira.

3.6 A Estratégia Nacional de Defesa.

A END reflete a prioridade do governo em desenvolver o país para convertê-lo em potência global, atribuindo as áreas estratégicas ações e necessidades para contemplar este preceito. Um dos pontos é o fortalecimento da indústria de defesa, destacando a importância de se obter conhecimento tecnológico para produção nacional de materiais estratégicos.

³⁰ Assim como a Política Industrial onde trata sobre o desenvolvimento no setor de Defesa, com incentivos fiscais e financiamentos, pontuando o setor dentro do conjunto da indústria brasileira. A “Lei do Bem”, (lei nº 11.196) que atribui sobre incentivos fiscais para programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Também nos lembramos da Lei nº 11.631, da Mobilização Nacional e a criação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), lei esta que rege sobre a organização nacional caso entre em algum conflito armado, ou seja, como o país se organizara na questão de produção de materiais de defesa. A Mobilização Nacional já é algo previsto dentro da Constituição Federal (inciso XIX do caput do art. 84, p.50), o novo foi a criação do SINAMOB que constitui dos ministérios da Defesa; Justiça; Relações Exteriores; Planejamento, Orçamento e Gestão; Ciência e Tecnologia; Fazenda, e; Integração Nacional, assim como a Casa Civil e o Gabinete de Segurança Institucional.

“A reestruturação da indústria brasileira de material de defesa tem com propósito assegurar que o atendimento das necessidades de equipamentos das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional.” (BRASIL, 2008).

Ela visa uma "independência" na produção nacional, no que tange a materiais que atualmente são importados pelas Forças Armadas para atender a sua missão. Na visão do governo, inicialmente é necessário adquirir estes materiais com "parceiros estratégicos", dispostos a transferir tecnologia e capacitando a produção parcial ou total do material em território brasileiro³¹.

Outro ponto importante é a definição das áreas de pesquisas necessárias para o desenvolvimento e independência tecnológica nacional, atribuída para cada uma das forças. Para Aeronáutica se dá primazia ao setor espacial, desenvolvimento de satélites para vigilância e a capacidade de produzir um Veículo Lançador de Satélites (VLS), assim também, da necessidade do Brasil desenvolver seu próprio sistema de posicionamento global (GPS). Para o Exército, que ficou encarregado da área da "cibernética", que seriam as tecnologias da informação, apontou-se a necessidade de uma comunicação entre monitores espaciais e aéreos com os terrestres, de uma defesa cibernética contra ataque virtuais, da ampliação da capacidade computacional e da operação em rede em diversas plataformas com radares e Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs). A Marinha ficou encarregada da área nuclear. Embora o Brasil tenha assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (NTP), a END o reconhece, mas justifica o desenvolvimento desta área ser exatamente devido a este tratado que se refere à segurança, e o Brasil necessita possuir esta tecnologia para não só desenvolver o submarino nuclear, mas para a área da saúde e energia também.

O governo também pretende encorajar o desenvolvimento industrial com estímulos fiscais, isenções, benefícios legais, financiamento (já oferecido pela política industrial) e a garantia de comprar os materiais produzidos, mesmo que estas diminuam a eficiência militar. O documento trata que a capacidade é menos importante que o estímulo às indústrias domésticas de defesa. A exportação deste material também é vislumbrada pelo documento. Através destas políticas o governo

³¹ Assim como, no governo Lula, foi a discussão acerca do programa FX2, da Força Aérea Brasileira (FAB). Era necessário reequipar a FAB com a compra de novos caças de combate, e para tal se buscou que a força aérea ou a) compre aviões dos quais o Brasil poderá então produzir sua própria versão aperfeiçoada, ou b) compre um número mínimo de aviões estrangeiros que poderá, então, ser aumentado com a produção doméstica do mesmo modelo. (CAVAGNARI FILHO, 1996).

também obteria ações das empresas e teria "poderes especiais", enquadrando quais produtos seriam atribuídos a um maior interesse nacional.

A questão dos militares e o serviço obrigatório também são tratados, colocando que o serviço obrigatório é uma forma de que "a base da defesa nacional é a identificação da nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a nação" (BRASIL, 2008, p. 64), alegando também a forma democrática de convocação, sendo pessoas de todas as classes sociais. Também fala sobre a diminuição de recrutas e o aumento de profissionais, proposta esta vinda há muito tempo, dês do governo FHC e discutida nas rodadas de debates (2003 - 2004).

Por fim, o documento sinaliza a necessidade de maior monitoramento na região amazônica, principalmente em suas fronteiras, aumentando a capacidade de dissuasão brasileira. Mas também faz considerações da necessidade de maior cooperação da América do Sul no setor da defesa, especialmente através do desenvolvimento do Conselho de Defesa Sul-Americano.

O que pode ser visto neste documento é primeiramente que ele foi escrito pelo Ministério do Planejamento Estratégico, redigida basicamente pelo ministro Roberto Mangabeira Unger, apontando para diversas formas da utilização do *hard power* brasileiro diferentemente do que se viu na Política de Defesa Nacional, escrita pelo Ministério da Defesa, possuindo uma visão mais diplomática. No Brasil a PND foi criada antes de uma estratégia definida³², mas com a END percebemos que os dois documentos convergem muito pouco em suas características, alias, a END não retoma os conceitos da PND como meio de fundamentar-se (PEREIRA, 2010).

As considerações feitas sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano e o desejo em exportar seus materiais nos faz questionar se na realidade essa cooperação com a América do Sul também seja uma forma de auxiliar a base industrial de defesa brasileira, escoando seus produtos nos países Sul-Americanos, que também dependem de compras no mercado internacional. Sobre a participação brasileira no mercado internacional de armas é cabível lembrar que diferentemente dos produtos mais comuns que o Brasil exporta, ele obedece a lógica da disputa geopolítica e não a determinações do mercado³³.

³² Normalmente a política de defesa vem depois de se elaborar uma estratégia. (PEREIRA, 2010).

³³ "O Art. XXI do Acordo Geral de Tarifas e Comércio trata das denominadas "Exceções de Segurança" onde indica que nenhuma disposição do acordo será utilizada no comércio de armas, munições e material de guerra e a todo o comércio de outros artigos e materiais

Com todas essas ações a serem tomadas, levanta-se o receio sobre a carga orçamentária que será arcada para execução em toda a sua plenitude.

“É um fato que o documento em si não foi feito por economistas, não recebeu uma análise de algum ‘espírito econômico’, nem pretende prestar contas de seus custos econômicos para o país e a sociedade.”
(ALMEIDA, 2009)

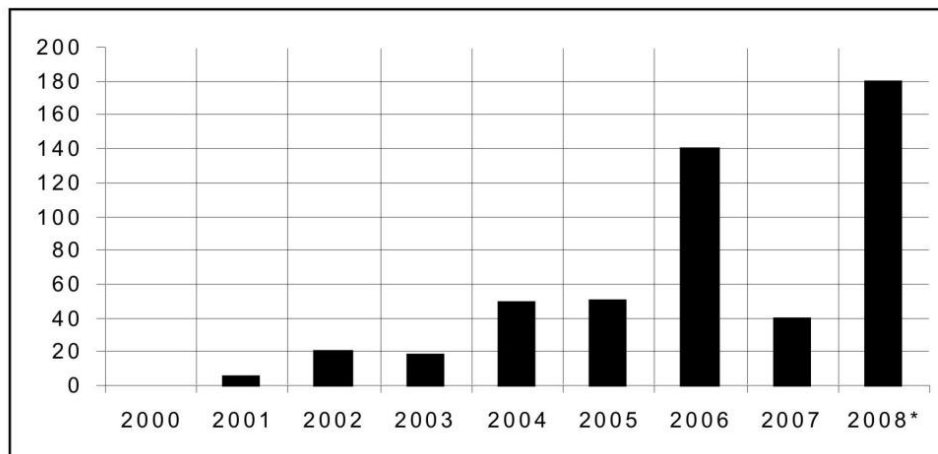
A dúvida que fica é se a END conseguirá ser colocada em vigor e se alcançará os seus objetivos, já que também trata de uma razão de ordem econômica. Seria necessário mais do que investimentos prioritariamente nacionais, a ambição que esse documento propõe para a área da defesa requer uma carga orçamentária muito grande. O temor se justifica pela proposta do desenvolvimento de altas tecnologias e produção de diversas áreas que necessitam de um investimento constante, como, por exemplo, o submarino de propulsão nuclear que ficou parada a mais de 20 anos (ALMEIDA, 2009).

No entanto, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010 revelou sucessivos investimentos em setores de interesse da Defesa, com os investimentos dados pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área. Segundo o IPEA o setor de pesquisas de materiais de defesa cresceu nos últimos oito anos em cerca de 10%.

Recursos para a Defesa

Projetos apoiados pelos fundos setoriais entre 2000 e 2008, em R\$ milhões

R\$ milhões correntes



Distribuição de verbas por área científica, entre 2000 e 2008

Área científica	Valor (R\$ milhões)	Participação (%)
Engenharia aeroespacial	195,3	55
Engenharia elétrica	34,9	10
Engenharia química	28,3	8
Engenharia nuclear	23,4	7
Desenho industrial	16,6	5
Engenharia de transportes	10,5	3
Subtotal (áreas informadas)	355,9	100
Área não informadas	123,6	-
Total **	479,5	-

Fonte: MCT/Fiesp. Elaboração: Disco/Ipea *Total parcial **Áreas informadas e áreas não informadas

Gráfico 2: Recursos para a Defesa.

Ainda no governo Lula, foi sancionada a lei complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010 que, além de estabelecer novas normas para organização e preparo das forças armadas, sanciona a criação do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)³⁴ e no parágrafo 3º a atualização de 4 em 4 anos dos documentos:

“I - a Política de Defesa Nacional;
II - a Estratégia Nacional de Defesa;
III - o Livro Branco de Defesa Nacional.” (BRASIL, 2010).

Sendo assim, a cada mandato de um novo governo os documentos serão atualizados ao decorrer das políticas empregadas pelo governo atual e a disposição

³⁴ Em 2002 já se havia discutido sobre sua criação, mas somente em 2010 é sancionado a elaboração deste documento (CASAS & RODRIGUES, 2011).

econômica brasileira na época, podendo reorganizar diretrizes e estabelecer novas. Carlos Frederico Queiroz de Aguiar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDB (2011) aponta que devemos lembrar que os governos anteriores transformaram o tema defesa em uma questão de Estado, não mais sendo atribuídos a um governo ou outro.

3.7 O Livro Branco da Defesa Nacional.

No decreto nº 7.438 de 11 de fevereiro de 2011, se determina a criação do LBDN já no governo de Dilma Rousseff (de 2011 a atualidade) e são estabelecidos os princípios para a criação do livro, intitulado um grupo de trabalho para sua criação e a necessidade deste livro ser elaborado juntamente com os civis, procurando atingir o maior público possível.

Ainda em 2011 foram elaborados vários seminários onde visavam a criação do LBDN, foram ao todo seis seminários, cada um em uma cidade diferente³⁵, buscando as capitais para atingir maior público e também o interesse dos empresários existentes nestas, procurando o interesse estratégico que, na visão dos militares, cada uma possui.

Inicialmente o Livro Branco da Defesa Nacional serve para nortear políticas desenvolvidas na área da defesa, proveniente do decreto nº 7.438, o livro baseia-se com um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes. O Livro Branco vem da ideia dos *White Papers* que são publicações governamentais que apresentam uma política ou uma linha de conduta para ser seguida em longo prazo por determinada legislação, o Livro Branco é a clara manifestação das intenções do governo. A publicação deste documento está prevista para novembro de 2012.

Diversos países possuem um documento semelhante e, com as atuais aspirações do governo brasileiro, era indispensável à criação deste, utilizando-o como instrumento de transparência para o sistema internacional, mas não só para o meio internacional, visando também atingir a sociedade e procurando seu apoio. Os Grupos de Trabalho elaboraram esses seminários para atingir maior público e construir

³⁵ As cidades foram em Campo Grande - MS, Porto Alegre – RS, Manaus – AM, Recife – PB, Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP. Cada seminário abordava um tema pertinente a Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011).

conhecimento, mas também serviu como propaganda das novas políticas estratégicas para o século XXI (CASAS & RODRIGUES, 2011).

No meio internacional, o papel do Livro Branco serve para excluir uma possível insegurança das ações brasileiras pelos seus vizinhos. O fato de reorganizar seu arranjo industrial bélico e institucional pode causar um desentendimento das verdadeiras intenções de um Estado, onde suscitaria a um(s) vizinho(s) que este fortalecimento seria para fins agressivos, fazendo com que outros Estados respondam com incremento de suas próprias capacidades e criando um ambiente de tensão na região (PROENÇA JUNIOR & DINIZ, 1999), algo aparentemente contrário do que os documentos do governo brasileiro procuram apresentar.

Para cada cidade onde ocorreram os trabalhos foram abordados os temas que elaboram os princípios do livro, onde diversos pesquisadores, empresários, jornalistas, militares e políticos participaram, contribuindo com temas predefinidos a serem inseridos no Livro. O primeiro seminário ocorreu em Campo Grande com o tema A Sinergia entre a Defesa e a Sociedade, neste se discutiu exatamente o papel fundamental que a sociedade exerce no apoio das políticas estatais dentro e fora de seu território. Assim como é apontado no END, o governo visa a conscientização e apoio da sociedade em suas políticas voltadas para a defesa.

O segundo seminário foi em Porto Alegre com o tema O Ambiente Estratégico no Século XXI, ele remonta a análise governamental sobre este século (já muitas vezes discutidos em outros eventos e documentos) com a conjuntura mundial e o papel do Brasil diante dos desafios internacionais para manter a defesa e segurança. Foi um seminário dedicado basicamente as relações exteriores e diplomáticas, fazendo considerações sobre a política regional brasileira, tanto na América do Sul quando na defesa do Atlântico Sul. Temas também tratados no terceiro seminário ocorrido na cidade de Manaus, com a questão regional da América do Sul, tratando das dificuldades e deveres do Brasil para a região, as fronteiras e o caráter da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL.

O quarto seminário, ocorrido em Recife, coloca em questão os fatores econômicos e o emprego das Forças Armadas em missões de paz, associando elas ao desenvolvimento do país. Já no quinto seminário ocorrido no Rio de Janeiro, com o tema A transformação da Defesa Nacional, faz um grande apanhado dos seminários anteriores com o caráter sobre a aquisição de recursos e o desenvolvimento tecnológico necessário.

Por fim, o sexto seminário ocorreu na cidade de São Paulo, e devido a grande concentração industrial na cidade, o tema deste seminário foi “A Indústria de Defesa como indutor da Transformação da Defesa Nacional”. Em todos os seminários, o público era dos mais variados, porém em São Paulo se notou a presença de muitos empresários, inclusive palestras proferidas por estes, como a de Roberto Simões, presidente da Odebrecht Defesa e de Eduardo Marson Ferreira, presidente da Helibrás. Isso nos faz lembrar o que Dagnino (2010) mencionou sobre a “Rede da Revitalização” já explanada neste trabalho.

Sua versão preliminar já está em tramitação, nele podemos constatar a unificação dos documentos gerados até então, com sua evolução e reafirmação das ideias discutidas ao longo dos anos. O Livro estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos: o cenário estratégico para o século XXI; a estruturação da própria política nacional de defesa; fundamentar a política nacional de defesa em uma estratégia; a modernização das Forças Armadas com novos equipamentos; a racionalização e a adaptação das estruturas de defesa; o suporte econômico para a defesa; os princípios das Forças Armadas explanando o de cada força (Marinha, Exército e Aeronáutica), e; Participar de missões de paz e ajuda humanitária. No Livro, além de agregar as diretrizes, pontuam os três setores de importância estratégica para o Brasil, reafirmando o estipulado pela END, o setor nuclear, o cibernético e o espacial.

Na parte da “Economia da Defesa”, diversos gráficos foram elaborados e é explicado parte da burocracia para aprovação e liberação dos orçamentos. Contido em seus princípios orçamentários está o investimento estável e constante, com regularidade para evitar perdas no cronograma e no planejamento e com certa previsibilidade, para os projetos não desandarem ou que não sejam cancelados. No Livro também faz demonstrativos e comparações com investimentos na área da defesa de outros países, justificando as altas quantias empregadas para este setor no Brasil.

As atualizações da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, juntamente com a preliminar do Livro Branco da Defesa Nacional foram entregues ao Congresso Nacional no dia 7 de Julho deste ano (segundo o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da lei complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010), porém não trabalhamos os novos documentos da PDN e da END devido a eles ainda se encontrarem em tramitação. Qualquer análise que efetuássemos poderia futuramente

ser desconsiderada devido a possíveis atualizações a serem feitas nos documentos antes de serem aprovadas.

3.8 A Empresa Estratégica da Defesa.

Neste ano foi sancionada a lei nº 12.598 de 22 de março de 2012, rege sobre incentivos às áreas estratégicas da defesa, como compras, desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa com possíveis licitações para Empresas Estratégicas da Defesa (EED). EED é uma empresa estritamente nacional, com capital nacional, com mais da metade dos acionistas de nacionalidade brasileira, que efetuem pesquisas, produção e manutenção na área da defesa e que esteja devidamente credenciada no Ministério da Defesa. Estas empresas deverão produzir produtos de defesa e produtos estratégicos de defesa, assim como diz no Artigo 2º, I e II:

“I - Produto de Defesa - PRODE - todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo;

II - Produto Estratégico de Defesa - PED - todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como: a) recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais; b) serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; c) equipamentos e serviços técnicos especializados para as áreas de informação e de inteligência;” (BRASIL, 2012).

O conceito de PED é aberto e abrangente para diversas áreas da produção e dos serviços, abrange uma gama significativa do mercado, possibilitando a inserção de empresas a essa catalogação, porque se tornando em uma EED ela possuirá linhas especiais de financiamento e um regime especial de tributação, benefícios esses que colocarão as EEDs em clara vantagem competitiva. Obviamente esta lei é um estímulo para que empresas próximas ao setor de defesa intensifiquem seus trabalhos para ela e se enquadrem dentro da estratégia governamental.

Devemos lembrar que embora no Brasil existam inúmeras empresas grandes dedicadas parcialmente ou inteiramente ao setor da defesa³⁶, vistas mundialmente

³⁶ Empresas como a Embraer que produz aeronaves para o setor civil ou militar e a CBC que produz materiais especificamente para segurança e defesa.

elas são pequenas, este mercado gira anualmente US\$ 1,5 trilhão, e o Brasil tem participação irrisória (FARIELLO, 2012). A lei 12.598 é um incentivo também para que grupos de empresas grandes abram empresas para este setor³⁷.

Os documentos desenvolvidos, as políticas adotadas e os encaminhamentos atuais mudou drasticamente o conceito brasileiro sobre segurança e defesa, pode se notar isso pela constituição organizacional do Ministério da Defesa que quando se iniciou possuía uma concentração de militares e hoje, com a criação de novas secretarias e assessorias, a vagas para civis, embora seu número ainda seja reduzido.

3.9 As novas compras e encomendas do setor militar

Como vimos até então, o governo brasileiro se esforçou com políticas de incentivo fiscal e reduções de taxas para o setor militar brasileiro, visando a reestruturação da indústria bélica e também um posicionamento regional no continente Americano. Durante estas políticas podemos notar a compra, encomenda e programas de sistemas de defesa em decorrência atual, listaremos alguns eventos mais marcantes para atual conjuntura.

O orçamento do setor de defesa aumentou durante os anos, seguindo os documentos, novos programas e maiores investimentos vieram apresentando uma nova realidade. O gráfico 2 mostra o aumento do orçamento para o setor militar durante 1995 a 2011, nele podemos identificar os recursos destinados para cada força. A linha intitulada M. Defesa é o orçamento total destinado à defesa sem considerar os gastos com recursos humanos.

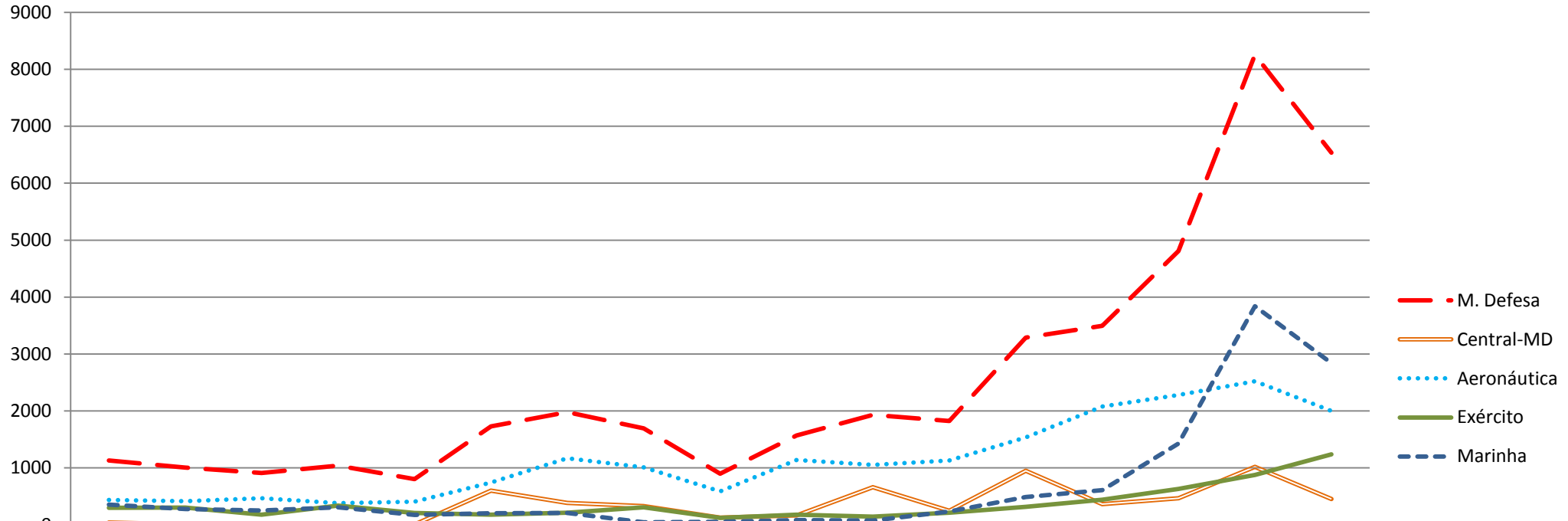
Os gastos do Ministério para manter suas funcionalidades são intitulados pela linha Central-MD, nele é possível notar a evolução orçamentária a partir do ano 2000, saindo de uma média de 16 milhões para 602 milhões, isso se deve porque antes de 1999 as forças armadas se organizavam em comandos, não possuindo uma coordenação de gastos para determinados eventos.

O orçamento das três forças veio aumentando gradativamente, porém entre 2007 a 2009 notamos um aumento substancial, primeiramente devido ao documento Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, onde estipula as áreas que cada força deve atuar, cibernética para o Exército, aeroespacial para a Aeronáutica e nuclear para a Marinha.

³⁷ Como a Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Engevix (FARIELLO, 2012).

Gráfico 3: Investimento do Brasil em Defesa no período de 1995 à 2011.

Investimento do Brasil em Defesa (em milhões de reais), no período 1995-2011, sem levar em conta as despesas com custeio (pagamento de pessoal)



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
—•— M. Defesa	1129	1005	913	1039	803	1730	1979	1696	897	1570	1933	1826	3289	3495	4809	8253	6535
— Central-MD	39	10	13	11	7	602	386	331	129	164	661	246	948	365	467	1017	454
..... Aeronáutica	436	415	466	382	409	744	1170	1009	589	1141	1053	1131	1536	2078	2280	2521	2002
— Exército	298	303	180	339	211	177	215	310	125	181	143	215	318	443	633	877	1239
- - - Marinha	356	276	254	307	176	206	207	46	54	84	75	234	487	609	1429	3838	2840

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, *apud* Jornal da Unesp, 2012, p. 9.

Na Aeronáutica de 2004 para 2008 a verba quase dobrou e mantendo uma continuidade, saindo de R\$ 1,1 bilhão em 2004 para R\$ 2 bilhões em 2011, os projetos do VLS, modernização dos caças e equipamentos ópticos são uns dos motivos deste aumento. No Exército o orçamento vem mantendo uma linha de crescimento a partir de 2006, saindo de 215 milhões de reais para R\$ 1,2 bilhão, isso se deve aos radares SABER, VANTs e projetos em tecnologias da informação que estão sendo desenvolvidas por essa força.

Na Marinha é a que obteve o maior crescimento, chegando a R\$ 3,8 bilhões em 2010. No espaço de tempo entre 1995 à 2007 possuía um orçamento na média de 212 milhões de reais e agora, de 2008 para 2011, possui uma média de R\$ 2,179 bilhões, 41 milhões a menos do que a média da Aeronáutica durante o mesmo período. Um dos motivos para este aumento é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB onde estipula compras de 4 submarinos convencionais (propulsão eletrodiesel), o desenvolvimento do Submarino Nuclear e a criação de um Estaleiro e Base Naval em Itaguaí no Rio de Janeiro. Outro motivo que não pode ser esquecido é a jazida de petróleo do pré-sal, minério de relevância para a economia nacional e se encontra em alto mar. O pré-sal também é uma dos motivos para o Estado desenvolver melhor sua defesa marítima. Seguindo a END, naturalmente a Marinha receberá mais investimentos, devido a atenção maior do Estado para o Atlântico Sul (chamado de Amazônia Azul na estratégia) e também pelo longo período de baixos investimentos, de 2002 à 2005 a média do orçamento da Marinha foi de 64 milhões. A ligeira queda dos investimentos em 2011 é devido à transição de governos, do Luis Inácio da Silva para o atual da Dilma Rousseff (NETO, 2011).

Em 2007 a Embraer apresenta seu protótipo de aeronave de transporte/logística KC-390 e em 2009 o governo firma contrato de R\$ 1,4 bilhão para desenvolvimento e produção do cargueiro que substituirá os atuais Hércules C-130. O governo comprará para a Aeronáutica e Marinha cerca de 20 a 30 unidades.

A compra de cerca de 50 helicópteros EC-725 pelo governo da empresa Helibras³⁸ com transferência de tecnologia, fez com que a empresa construísse uma fábrica em Itajubá – MG. O contrato de 2008 cumpre com o estipulado na Estratégia Nacional de Defesa com a transferência de tecnologia e produção de 50% do sistema em território nacional. A compra esta orçada em 1,3 bilhão de euros com investimento de R\$ 420 milhões na construção de hangar.

³⁸ Subsidiária do grupo franco-alemão-espanhol Eurocopter.

Figura 2: Base Naval de Itaguaí – RJ.



Planta da base naval e estaleiro em Itaguaí - RJ. A construção desta base e estaleiro está estipulado pela END e pelo PROSUB, neste estaleiro que será construído o submarino nuclear e outros 22 submarinos convencionais no período de 30 anos. A construção do estaleiro é a partir de um consórcio DCNS com a Odebrecht. Fonte: Disponível em: <<http://www.tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=569>>. Acesso em: 29 out. 2012.

Figura 3: KC – 390, EMBRAER.



Representação do cargueiro KC-390, em desenvolvimento pela EMBRAER.

Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/17170/participao-de-portugal-no-kc-390-da-embraer-ser-definida-at-o-fim-do-ms>>. Acesso em: 29 out. 2012.

A empresa Avibras, que em 2008 chegou a beira da falência, fechou um contrato com o governo para a compra de diversos sistemas de armas, incluindo 30 unidades do ASTRO 2020, desenvolvido recentemente pela empresa. Além do contrato orçado em R\$ 1,5 bilhão, a Avibras receberá um incentivo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contando com R\$ 246 milhões.

O programa do submarino nuclear, proveniente da ditadura, recebe nova atenção após as discussões e políticas elaboradas. Cumprindo com o estipulado na END o programa recebe novos investimentos e também novos parceiros, a empreiteira Odebrecht em sua vertente voltada para a defesa está inclusa no PROSUB, com a construção de estaleiro, base naval e parte não nuclear do submarino nuclear brasileiro.

Outros programas também estão sendo desenvolvidos, movimentando entre 30 a 70 bilhões de reais (GODOY, 2012³⁹), as empresas estão se ligando com diversas outras indústrias tanto nacionais com internacionais como, por exemplo, para o desenvolvimento do KC-390 a Embraer possui um acordo de colaboração com a norte-americana Boeing, a Helibras com a franco-alemão-espanhol Eurocopter e a Odebrecht com a francesa DCNS.

Outros ramos começaram a se desenvolver, como a utilização de VANTs pelo Exército, empresas com produção destinada para o mapeamento e sensoriamento passaram a integrar a produção militar, como no caso da AGX tecnologia de São Carlos, empresa fundada em 2002, iniciou a criação de VANTs para mapeamento, em 2008 começou a produzir VANTs destinados para o setor militar, em parceria com a Aeroalcool Tecnologia, OrbiSat e com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A Flight Solutions de São José dos Campos também passou por esse processo. Fundada em 2005, na sua criação contou com auxílio do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA/CTA), em 2007 partiu para projetos estratégicos, como a produção de VANTs para o setor militar. As primeiras entregas para o exército se deu em 2008. Além destas a Santos Lab Comércio e Indústria Aeroespacial, Elmico Ltda. e Gyrofly Innovations Projetos também atuam neste ramo. “A produção de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) para uso militar é um segmento recente e ainda não consolidado, havendo uma janela de oportunidade para entrada de empresas nacionais com projetos próprios” (ABDI, 2011, p.24).

³⁹ Roberto Godoy é jornalista especializado em assuntos militares.

Figura 4: ASTRO II, Avibras.



Linha de montagem do sistema ASTRO II da Avibras. A empresa recebeu incentivo recente para voltar a produzir e desenvolver novos mísseis e carros de combate, como o Astro 2020. Disponível em: <<http://isape.wordpress.com/tag/astros-ii/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

Figura 5: Hermes 450, Elbit Systems.



O VANT Hermes 450 da Elbit Systems atualmente em testes na FAB. Fonte: FAB, 2012. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2011/01/19/elbit-confirma-contrato-para-compra-do-hermes-450-pela-fab/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

3.10 Localização atual e estimativas para desenvolvimento da base industrial de defesa.

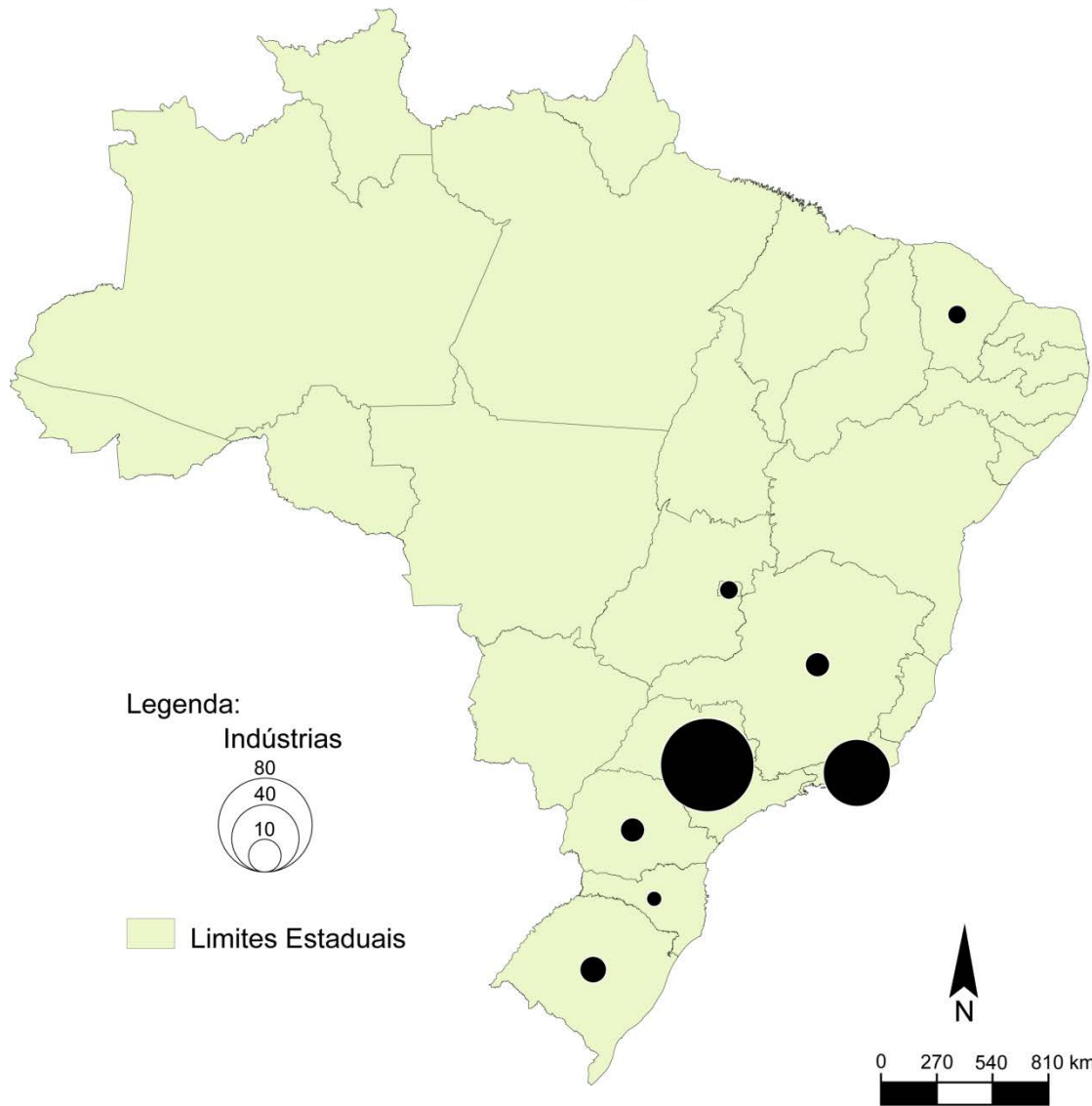
Para verificar a localidade da base industrial de defesa no território nacional, fizemos um levantamento das principais indústrias ligadas ao setor segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI. Utilizamos as duas bases de dados e criamos dois mapas visando os Estados com maior concentração destas indústrias. Nas duas bases selecionamos as empresas independente de serem de capital nacional total ou parcial, também consideramos as empresas estrangeiras e as de importação e exportação, em anexo 3 está a lista das indústrias da ABIMDE e em anexo 4 está a lista da ABDI.

Da base de dados proveniente da ABIMDE, de 2012, verificamos 136 empresas que estão associadas à produção total ou parcial de sistemas de armas sendo residentes no estado de São Paulo 74 empresas onde se encontra a maior concentração delas, em seguida vem o estado do Rio de Janeiro, com 38 empresas. Os demais estados não possuem uma quantidade tão significativa quanto as do Rio e São Paulo, com o Rio Grande do Sul com 6 empresas, Minas Gerais e Paraná com 5 empresas cada uma, Ceará e Distrito Federal com 3 cada e Santa Catarina com 2.

Na base de dados da ABDI, de 2011, são 261 empresas, contemplando um maior número de estados do que a base anterior, 8 estados na base da ABIMDE e 18 nesta base, o padrão de concentração das empresas continua, com o Rio de Janeiro possuindo 90 empresas e São Paulo com 87, Rio grande do Sul com 21, Minas Gerais com 20, Pará com 8, na Amazônia e Santa Catarina com 7 cada, Paraná e Mato Grosso do Sul com 4 cada, Bahia e Ceará com 3 cada e Sergipe, Roraima, Rondônia, Piauí, Paraíba, Distrito Federal e Alagoas com 1 empresa cada uma.

Mapa 1: Indústrias segundo ABIMDE

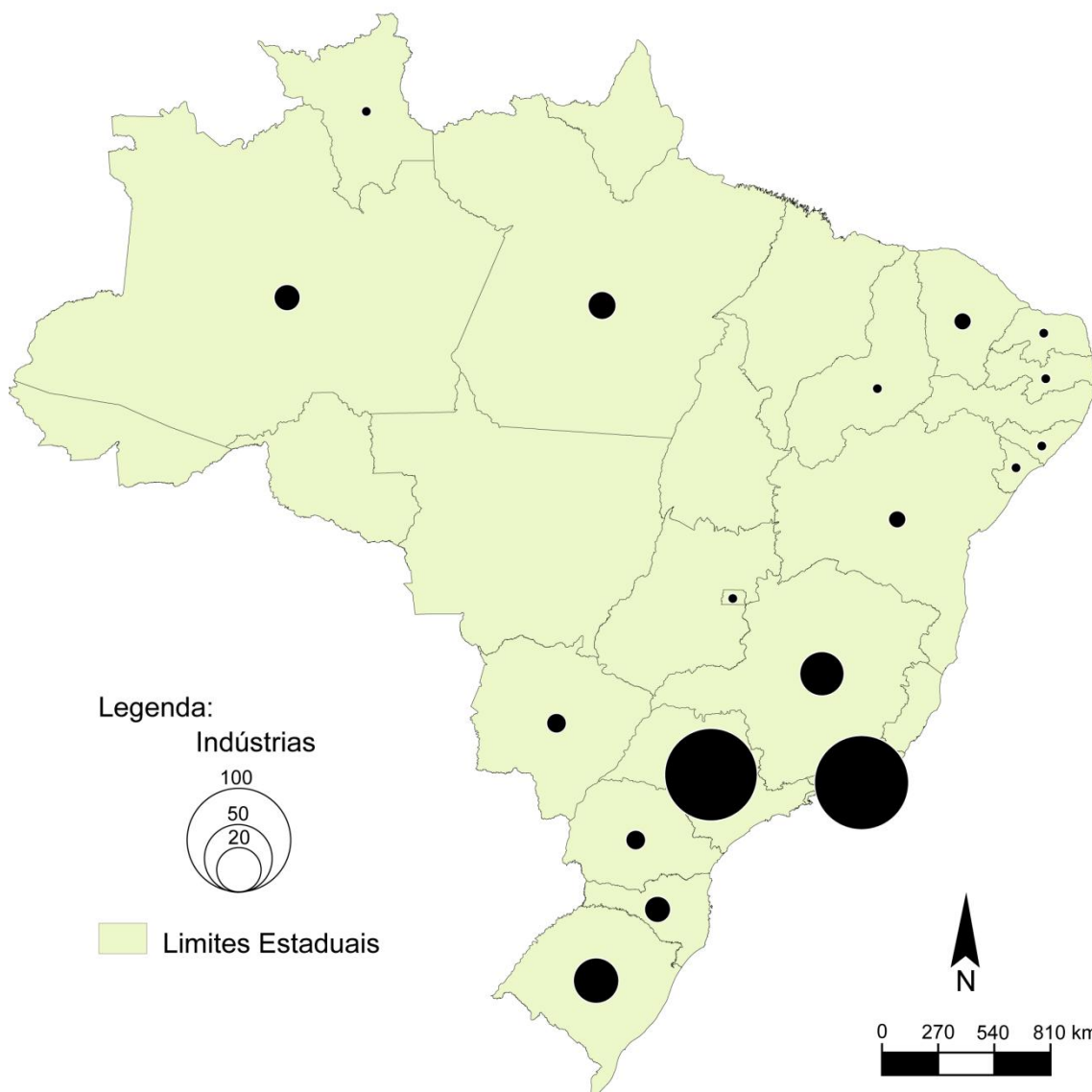
Indústrias de Defesa segundo ABIMDE



Fonte básica de dados: Associação Brasileira das Industrias de Materias de Defesa e Segurança, 2012
Organização: FERNANDES, Paulo Cesar. 2012.

Mapa 2: Indústrias segundo ABDI.

Indústrias de Defesa segundo ABDI



Fonte básica de dados: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2011.

Organização: FERNANDES, Paulo Cesar. 2012.

A localização delas está próxima as maiores cidades do país como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, contendo também as maiores concentrações indústrias. Dentro do eixo Rio-São Paulo existe vários centros de pesquisa já consolidado, com universidades publicas com cursos atrelados a ciência e tecnologia como na USP, UFRJ, UNESP, UNICAMP, UFF, UERJ, UNIFESP, FATEC, entre outras, e centros de estudo vinculados ao Ministério da Defesa como o ITA e ANAM em São Paulo, IME e ESG no Rio de Janeiro, entre outros.

Porém, investimentos em outras localidades do território estão ocorrendo, um exemplo é na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul que devido as bases militares do Exército e Aeronáutica, recebem uma atenção maior do MD, onde lá inserem projetos pioneiros como a utilização de VANTs tanto para o monitoramento como para treino e centro de treinamento para instrutores de veículos blindados. Segundo o Ministro Celso Amorin:

“Santa Maria é um pólo importantíssimo para a defesa brasileira. E sendo um pólo de defesa importante, é natural que se torne também um pólo da indústria dessa defesa” (AMORIN, *apud* BARRA, 2012).

A fábrica alemã Krauss-Maffei Wegmann (KMW), produtora de carros de combate se instalou na cidade com centro de desenvolvimento, manutenção e produção de blindados. A empresa abriu sede na cidade devido à compra de 220 blindados pelo exercito, dentro do contexto da Estratégia Nacional de Defesa (BARRA, 2012).

A questão sobre a defesa evoluiu dentro do governo sendo mais aberta a discussão com a sociedade, os documentos procuram desenvolver a indústria de defesa com projetos próprios ou com capacitação tecnológica, assim como uma maior cooperação regional e um posicionamento mundial mais relevante, sendo uma potencia regional com capacidade militar a níveis de *hard* e *soft power*.

Considerações finais

Ao longo do trabalho vimos às diversas atitudes e posturas dos governantes brasileiros sobre a indústria e a defesa. O desenvolvimento industrial nacional, em sua época de construção e crescimento, floresceu a partir de diversas políticas exercidas pelo governo de Getúlio Vargas, incentivando e investindo neste setor. Percebemos que nesta época as questões referentes à defesa nacional eram atribuições somente dos militares, desenvolvidas dentro dos quartéis e em centros de estudos militares, como na Escola Superior de Guerra.

Era importantíssimo para os militares o fato do Brasil se industrializar, primeiro pelo desenvolvimento que o país alcançaria com as indústrias, segundo pela capacidade de defender o território nacional com os frutos produzidos por ela. Para a sociedade da época a industrialização contribuiria para construção de uma infraestrutura, qualificação da mão-de-obra, progresso econômico, desenvolvimento da sociedade e diminuição da dependência do comércio exterior.

A indústria voltada para o setor bélico não conseguiu se desenvolver devido à conjuntura mundial da Segunda Guerra Mundial (o mercado internacional de armas estava saturado) e posteriormente, foi barrada pelo Acordo de Assistência Militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos (1952 - 1977). As discussões sobre a defesa do país continuavam restritas aos militares, pouco se era discutido no meio civil.

Neste período, o Brasil não possuía efetivamente uma indústria de defesa, as existentes no país produziam peças de reposição para os equipamentos importados ou era de baixo nível tecnológico e estratégico. Em 1964 quando ocorre o golpe militar, o regime elaborou diversos planos econômicos, seguindo a linha desenvolvimentista dos antigos governos, mas com uma concentração de poder do Estado, implantando um “regime autoritário-militar-tecnoburocrático-modernizante”.

Durante o regime militar, os militares seguiram com o alinhamento político aos Estados Unidos, mas quando o Brasil alcançou certos níveis de desenvolvimento econômico, eles formulam a projeção brasileira para alcançar maior destaque e representatividade na América Latina e no mundo, a criação do projeto "Brasil Grande Potência" no governo Geisel.

Dentro deste projeto existia a necessidade de criação de uma indústria de defesa forte, para capacitar o Brasil em produção de armas. Com a visão da época do fenômeno de *spin-off*, os gastos eram justificados pela possível passagem da tecnologia militar para uso civil, o governo passou a investir e incentivar o setor industrial de defesa. Foram diversos programas elaborados, além da criação dos centros de estudo como o ITA e o IME. Esse desenvolvimento foi facilitado pela conjuntura internacional favorável e ao crescimento econômico brasileiro no chamado "milagre econômico".

Na década de 1970 a indústria brasileira de materiais bélicos aflorou e passou a produzir equipamentos tanto para fornecimento interno como externo. Devido aos seus equipamentos mais baratos e simples, o Brasil conseguiu exportar diversos sistemas de armas para países do "terceiro mundo" e ficou conhecido mundialmente como produtor e exportador de materiais de defesa. Na década de 1980, com as crises do petróleo e o desgaste do regime militar, em 1985 acaba a ditadura militar e os civis voltaram ao governo. O processo de redemocratização modificou as políticas do governo, isso também se deve pela opção do governo brasileiro pelas políticas neoliberais. A indústria de defesa brasileira que dependia dos incentivos governamentais já não os recebia e com a diminuição das compras de armas brasileiras no comércio internacional, entrou em crise onde muitas faliram ou tiveram que diversificar sua produção.

Aparentemente a sociedade brasileira já não se via ligada ao contexto da Guerra Fria e não via sentido em gastar tantos recursos em armas, sendo que o país sofria com uma forte desigualdade social e altos índices de inflação.

Na década de 1990 pouco se investia ou se discutia sobre a defesa nacional, somente em 1996 que surge um documento chamado Política de Defesa Nacional, documento este muito abrangente e sem metas específicas, porém de grande importância, por ser um dos primeiros documentos que busca uma política brasileira quanto à defesa do país pós-ditadura. Em 1999 é criado o Ministério da Defesa e inicia-se o processo de organização das Forças Armadas por cunho civil, a partir dela outras políticas vieram até que já no governo de Luis Inácio da Silva são iniciadas grandes discussões abertas com a sociedade sobre o pensamento e a estratégia da defesa nacional. Das rodadas de discussões surgem portarias e leis que tratam de uma revitalização do setor bélico nacional. Em 2005 é reelaborado a Política de Defesa Nacional, mais pontual e diplomática do que a anterior e em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa, onde ambas procuram expandir o tema para toda a sociedade.

Pela primeira vez são elaboradas políticas para o setor militar com discussões abertas para sociedade, além disso, a criação do Livro Branco da Defesa Nacional foi destinada a intensificar a retórica governamental com a sociedade e estabelecer a visão de defesa e segurança do Estado brasileiro para o mundo, um documento de cunho diplomático para deixar claro o desenvolvimento brasileiro nesta área.

Com o entendimento do processo de desenvolvimento do setor industrial de defesa no Brasil é possível analisar que desde o governo de Getúlio Vargas até o atual (governo da Dilma Rousseff), existem três momentos de atuação do Estado com a defesa: a do “Estado Novo”, onde o Estado priorizava o desenvolvimento industrial, porém sem um plano de desenvolvimento da defesa; a da Ditadura Militar onde o Estado priorizava o desenvolvimento industrial e militar no país, porém eles eram centralizados a alguns agentes do governo e os assuntos estratégicos ficavam restritos, e; a do Estado atual, onde o incentivo a indústria é dado junto com o desenvolvimento da defesa e com a discussão aberta para a sociedade.

O Estado brasileiro veio evoluindo ao decorrer do tempo, mesmo com problemas como a falta de tecnologia e densidade industrial, ou dentro de um regime autoritário centralizador, ocorreram transformações e mudanças profundas nas condições do território, como urbanização, infraestrutura e crescimento populacional, o desejo de projeção de poder para o Brasil efetuar o cargo de liderança regional é possível de ser identificado nos requisitos e necessidades apontadas nos documentos.

Sobre as políticas de defesa no Brasil, a do regime militar era a Doutrina de Segurança Nacional, visando basicamente a utilização do *hard power* e dissuasão nas fronteiras, também com um caráter de controle da população, inibindo movimentos contrários ao governo. Em 1996 a Política de Defesa Nacional veio também para quebrar essa visão autoritária do Estado, sendo um documento diplomático e generalizador, mas este documento foi reformulado e em 2005, se tornou em um documento que estipula melhor os preceitos governamentais. Devido a lei complementar 136 este documento será atualizado de 4 em 4 anos, podendo ser adaptado as necessidades e capacidades do Estado em sua conjuntura atual.

O Ministério da Defesa também foi largamente discutido e modificado, primeiro nas suas tentativas de criação durante o governo de Castelo Branco. No governo de Fernando Henrique Cardoso, depois de inúmeros atrasos e discussões, em 1999 ele é criado com cunho neoliberal e uma organização sem civis atuantes. Mas as políticas e discussões sobre o tema defesa reformularam o Ministério, onde teve sua modificação

maior com o estipulado pela Estratégia Nacional de Defesa e a inserção de civis na questão da Defesa, principalmente nas secretarias.

Na visão regional, o Brasil buscou se integrar com a América do Sul desde a criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA, partindo para diversos acordos comerciais com o MERCOSUL, a criação da União das Nações da América do Sul - UNASUL e posteriormente o Conselho de Defesa Sul-Americano - CDS. É possível que esta integração proporcione uma elevação na produção e diversificação da indústria onde os países isoladamente não teriam poder de eficiência tecnológica e produtiva para alcançar padrões globais (GUIMARÃES, 2000). Evidentemente, o que circunda os acordos de livre comércio são muitos contras e problemáticas de países em desenvolvimento, como foi visto em 1999 com a desvalorização do Real e do Peso Argentino que golpeou fortemente o desenvolvimento do MERCOSUL. Mesmo que o potencial econômico seja alcançado, existe a necessidade de políticas para assegurar a segurança e soberania sobre o pátio econômico e industrial de cada país. O bloco econômico deve ter como objetivo desenvolver a economia dos países membros e não explorar membros em prol de um ou mais países membros. A UNASUL vem caminhando para regularizar e unificar essas políticas, de forma a integrar os países da América do Sul e diminuir as assimetrias existentes entre eles, buscando se tornar um bloco efetivo mundialmente.

Para todas estas políticas, a indústria de defesa brasileira vem em um processo de reestruturação, onde as antigas empresas voltaram a produzir (como a Avibras) e novas provenientes de grandes grupos empresariais e de incentivos governamentais vêm surgindo (como a Odebrecht Defesa). A produção destes materiais necessita de auxílio do governo brasileiro, devido ao produto ter uma carga política muito grande em cima dele, por isso os constantes debates e carga orçamentária neste setor, os projetos não caminhariam sem a certeza da compra pelo Estado brasileiro ou comprador estrangeiro. Mesmo com artigos de baixa intensificação tecnológica, o governo necessita compra-los para que no futuro essas empresas consigam desenvolver produtos com alto teor tecnológico.

O que os documentos mostraram foi a política de Estado, o tema defesa deixou de fazer parte das propostas políticas de um determinado candidato/partido, elas agora se tornaram estáveis, políticas que são elaboradas a partir de uma visão abrangente do que é de interesse nacional, não sujeitas a alterações bruscas de um governo a outro.

Este trabalho procurou analisar os documentos que são muito recentes se comparados com todo o processo de estruturação da indústria de defesa o tempo de desenvolvimento que um determinado setor da economia pode levar, infelizmente maiores análises poderão ser realizadas apenas posteriormente, observar se o plano do governo conseguiu atingir seu objetivo e como isto interfere na sociedade brasileira.

Referências

ABDI. **Diagnóstico**: base industrial de defesa brasileira. Campinas: Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial, maio 2011.

ABDI. **Estudos setoriais de inovação**: base industrial de defesa. Brasília: Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010.

ALARIN, Clara. **EUA fazem duras críticas à Estratégia Nacional de Defesa**; leia telegrama em português. Folha de S.Paulo, São Paulo, 1 dez. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/839335-eua-fazem-duras-criticas-a-estrategia-nacional-de-defesa-leia-telegrama-em-portugues.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Estratégia Nacional de Defesa**: comentários dissidentes, por Paulo Roberto de Almeida. Mundorama, 2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/03/14/estrategia-nacional-de-defesa-comentarios-dissidentes-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acessado em: 21 jun. 2010.

ALVES, Xandu. **PAC libera contrato da Avibras**. O Vale, São José dos Campos, 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/pac-libera-contrato-da-avibras-1.275339>>. Acesso em 13 out. 2012.

BARRA, Felipe. **Produção nacional dos helicópteros EC-725 impulsionará indústria de defesa, diz Amorim**. Ministério da Defesa, Itajubá, 2 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2455366-02102012-defesa-producao-nacional-dos-helicopteros-ec-725-impulsionara-industria-de-defesa-diz-amorim.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.

_____, **Projetos de modernização e capacidade instalada fazem de Santa Maria importante pólo de defesa no país**. Ministério da defesa, Santa Maria, 26 out. 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2455411-26102012-defesa-projetos-de-modernizacao-e-capacidade-instalada-fazem-de-santa-maria-importante-polo-de-defesa-no-pais.html>>. Acesso em 28 out 2012.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **As exportações da ENGESA e seus reflexos na atualidade**. Defesanet. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/rv/engesa/export.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

BECKER, Bertha Koiffmann. **A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 12. ed. 1. vol. Brasília: LGE, 2004.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Base industrial de defesa**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/base-industrial-de-defesa.html>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Investimentos em defesa beneficiarão toda a indústria brasileira, diz Jobim**. Disponível em:

<<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453915-investimentos-em-defesa-beneficiarao-toda-a-industria-brasileira-diz-jobim.html>>. Acesso em: 9 maio 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília, biênio 2011/2012.

BRASIL, Secretaria da Comunicação Social. **Política da Defesa Nacional**. 1996, Brasília. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Brazil1996.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Política Nacional da Indústria de Defesa**. Portaria Normativa nº 899/MD, 2005 <https://www.defesa.gov.br/index.php/industria-de-defesa/politica-nacional-da-industria-e-defesa.html>

BRASIL. Lei Nº 11.196, 21 nov. 2005. Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Brasília, Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 19 set. 2012.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Casa Civil: Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional da Indústria e Defesa (PNID)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria_defesa/index.php?page=pnid>. Acessado em: 19 mai. 2010.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/>>. Acesso em 14 ago. 2010.

BRASIL. Lei complementar nº 136, 25 ago. 2010. Dispõe sobre nova estrutura do MD e Livro Branco da Defesa Nacional que será atualizada de 4 em 4 anos. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.438, 11 fev. 2011. Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.598, 22 mar. 2012. Dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm>. Acesso em: 17 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estrutura do ministério**. Brasília 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/estrutura/organograma.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 23. ed. Petrópolis: Editora Unijuí, 2003.

CAMPOS, Arthur. **Programa Brasilianas.Org: Defesa**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fRMkKp7o55U>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

CASAS, Pedro; RODRIGUES, Rúbia. **O livro branco da defesa nacional**. Conjuntura internacional, PUC Minas: Belo Horizonte 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20120131104029.pdf?PHPSESSID=130c805638a80cb3f30bf039ac71497c>. Acesso em 10 set. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional**. In: _____. A sociedade em rede. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2000.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Pesquisa e tecnologia militar**. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). Ciência e Tecnologia no Brasil: A capacidade brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Rio de Janeiro: FGV Editora, v.3, 1996.

COSTA, Wanderley Messias. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Geografia política e relações internacionais no mundo contemporâneo**. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER, 2., 2011, Foz do Iguaçu. Palestra proferida em 3 maio 2011.

DAGNINO, Renato. **A indústria de defesa no governo lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARIELLO, Danilo. **Empreiteiras terão incentivo para ampliar indústria bélica**. O Globo, Brasília 15 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/empreiteiras-terao-incentivo-para-ampliar-industria-belica-5478894>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

FUCCILLE, Luís Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006, 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378085>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

GODOY, Roberto. **Reportagem Globo News - Prosub-EBN - Odebrecht – Itaguaí**. Globo News, 21 jul. 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=X-duKqF_dzg>. Acesso em 20 out. 2012.

GOYZUETA, Veronica. **Novos rumos para a defesa brasileira**. In: IPEA, Desafios do desenvolvimento. Brasília: RM editores, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

_____. **Argentina e Brasil: integração, soberania e território**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/guimaraesargbrasil.pdf>>, Acesso em 2 dez. 2009.

LEONE, Cínthia. **Força para o diálogo**. Jornal da Unesp, São Paulo, set. 2012, p.8-10.

MATHEUS, Alexandre Soares. **Indústria de defesa: uma análise da rede nacional a partir da teoria da dependência de recursos**. 2010, 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli; **Geopolítica e poder no Brasil**, Ed. Papirus, Campinas 1995.

NETO, Felipe Daruich. **Ministério do Planejamento**. Seminário: A transformação da defesa nacional, "A Indústria de Defesa como indutor da Transformação da Defesa Nacional". 6., 2011, São Paulo. Palestra proferida em 30 ago. 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEREIRA, Prícila Rodrigues. **Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa: um processo não linear**, por Priscila Rodrigues Pereira. Mundorama, 1 dez. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/12/01/politica-de-defesa-nacional-estrategia-nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

PESCE, Eduardo Ítalo. **Nova Política de Defesa Nacional**. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/est-militares/novapolitividadedefesa.html>>. Acesso em: 10 set. 2012.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PLATONOW, Valdimir. **Governo e Embraer firmam contrato para produção de aviões para Aeronáutica e Marinha**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-04-14/governo-e-embraer-firmam-contrato-para-producao-de-avioes-para-aeronautica-e-marinha>>. Acesso em 2 out. 2012.

PROENÇA JUNIOR, Domício; DINIZ, Eugenio. **Considerações técnicas sobre a política de defesa do Brasil**. Grupo de estudos Estratégicos, Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1999. Acesso em: 21 ago. 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0019.PDF>.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. ed. 6, Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.

SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Por uma abordagem territorial**. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Pontos de contato ou de atrito?** Documentos de defesa nacional do Brasil e dos Estados Unidos. vol. 3, nº 11, Porto Alegre: Conjuntura Austral, 2012. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/26634-108911-2-pb.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2012

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.

Sítios eletrônicos consultados:

<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html> Acesso em: 8 abr. 2012.

<http://br.linkedin.com/pub/eduardo-italo-pesce/55/18a/234> Acesso em: ago. 2012.

<http://defesanacional.wordpress.com/> Acesso em: maio 2010

<https://www.defesa.gov.br/> Acesso em: ago. 2009.

<http://www.abimde.org.br/> Acesso em: out. 2011.

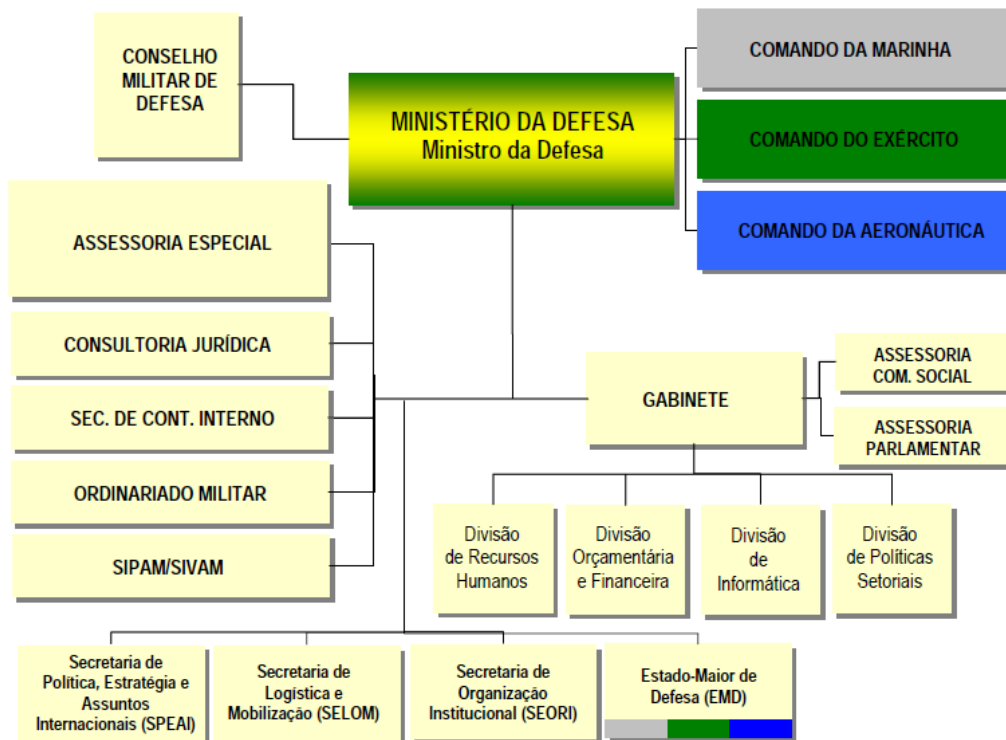
<http://www.aman.ensino.eb.br/> Acesso em: out. 2012.

<http://www.defesanet.com.br/> Acesso em: maio 2010.

<http://www.sipri.org/> Acesso em: set. 2010.

Anexos

Anexo 1: Estrutura do Ministério da Defesa em 1999



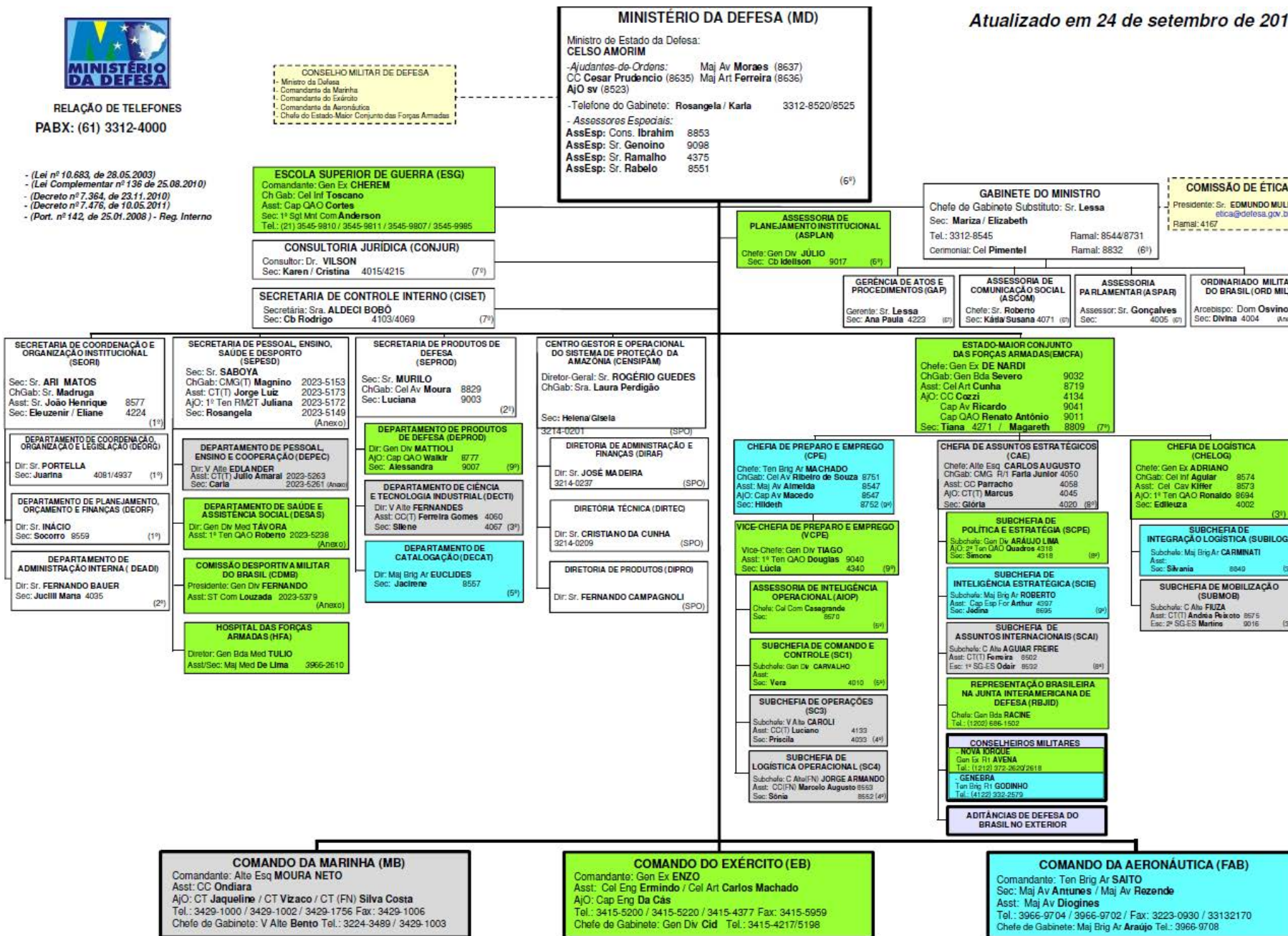
Fonte: Ministério da Defesa, *apud* FUCILLE, 2006.

Atualizado em 24 de setembro de 2012.



RELAÇÃO DE TELEFONES
PABX: (61) 3312-4000

- (Lei nº 10.683, de 28.05.2003)
- (Lei Complementar nº 136 de 25.08.2010)
- (Decreto nº 7.364, de 23.11.2010)
- (Decreto nº 7.476, de 10.05.2011)
- (Port. nº 142, de 25.01.2008) - Reg. Interno



Anexo 3: Lista de Indústrias associadas à ABIMDE.

INDÚSTRIA - ABIMDE	Cidade	UF
Armtec Tecnologia em Robótica	Fortaleza	CE
Megatech Indústria e Comércio e Serv LTDA. EPP	Fortaleza	CE
INACE - INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S/A	FORTALEZA	CE
BAE Systems do Brasil LTDA.	Brasília	DF
Dimensão Comércio de Produtos de Segurança LTDA	Brasília	DF
Iai do Brasil LTDA	Brasília	DF
Datapool Tecnologia LTDA	Itajubá	MG
Glágio do Brasil LTDA	Belo Horizonte	MG
IAS Increase Aviation Service LTDA	São José da Lapa	MG
Navtec Sistemas Aeronauticos LTDA	Itajubá	MG
HELIBRÁS - HELICÓPTERO DO BRASIL S/A	ITAJUBÁ	MG
Brasilsat LTDA.	Almirante Tamandaré	PR
Esystem Indústria e Comércio LTDA	Curitiba	PR
Laborum Consultoria Ltda.	Curitiba	PR
Maynard's Industria Tática LTDA	Curitiba	PR
SPACECOM Monitoramento S.A	Curitiba	PR
Andrade Gutierrez Defesa e Segurança	Rio de Janeiro	RJ
Ares Aeroespacial e Defesa	Duque de Caxias	RJ
ATEM e REMER Assessoria e consultoria de propriedade Intelectual S/S Ltda	Rio de Janeiro	RJ
Condor S/A Indústria Química	Nova Iguaçu	RJ
DGS Industrial LTDA.	Rio de Janeiro	RJ
Emgepron - Empresa Gerencial de Produtos Navais	Rio de Janeiro	RJ
Focaleng Engenharia e Manutenção LTDA	Rio de Janeiro	RJ
Gehr International & Cia LTDA	Rio de Janeiro	RJ
Haga Tev Comércio Assistencia Técnica e Serviços Aeronauticos LTDA.	Rio de Janeiro	RJ
Hobeco Sudamericana Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
IHS Informação e Insight Ltda	Rio de Janeiro	RJ
Imer Industrial e Mercantil Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
Infax Tecnologia e Sistema Ltda	Rio de Janeiro	RJ
Logsub Soluções Logísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ
Nova Constal Indústria e Comércio LTDA.	Rio de Janeiro	RJ
Periscópio Equipamentos Optrônicos Ltda.	Duque de Caxias	RJ
Pinhol - Fabricação e Comercio de Produtos de Defesa	Rio de Janeiro	RJ
Powerpack Representações e Comércio Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança S/A	Rio de Janeiro	RJ
RG Bradford Representações LTDA	Rio de Janeiro	RJ
RWK Comércio e Representações Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
Sactres Indústria e Comércio LTDA	Barra Mansa	RJ
Santos Lab Comércio e Indústria Aeroespacial LTDA	Rio de Janeiro	RJ
SELEX Sostemi Integrati do Brasil	Rio de Janeiro	RJ
SIEM Consub S/A	Rio de Janeiro	RJ
TAP Manutenção e Engenharia S.A	Rio de Janeiro	RJ
Techlabor Engenharia, Equipamentos e Serviços Ltda.	Rio de Janeiro	RJ
TECNOBIT Desenvolvimento de Sistemas de Segurança Ltda	Rio de Janeiro	RJ

Universal Importação Exportação e Comércio	Rio de Janeiro	RJ
Vertical do Ponto Indústria e Comércio de Pára-Quedas LTDA	Rio de Janeiro	RJ
Welser Itage Participações e Comércio S/A	Rio de Janeiro	RJ
IMBEL - INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	Rio de Janeiro	RJ
NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	ITAGUAÍ	RJ
TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ANCORATEK MANUTENÇÃO DE AERONAVES E COMÉRCIO LTDA	SÃO PEDRO DA ALDEIA	RJ
BRASTECH-SEATECH SERVIÇOS TÉCNICOS DE PETRÓLEO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
SKM - ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	RIO DE JANEIRO	RJ
VISION MARINE REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
AGRALE S/A	Caxias do Sul	RS
KMW do Brasil Sistemas Militares LTDA	Santa Maria	RS
Verdi Sistemas Construtivos S/A	Porto Alegre	RS
VJF Industrial Exportadora e Importadora de Equipamentos Eletrônicos de Segurança	Porto Alegre	RS
FORJAS TAURUS S.A	PORTO ALEGRE	RS
AEROELETRÔNICA-INDÚSTRIA DE COMPONENTES AVIÔNICOS S/A	PORTO ALEGRE	RS
Bombas Triglau Ind. Com. LTDA. Divisão Promil	Caçador	SC
Rhino Tech do Brasil LTDA	Florianópolis	SC
A. S. Avionic Services LTDA	São Paulo	SP
AGS Aerohoses	Cruzeiro	SP
Agusta Westland do Brasil LTDA	Osasco	SP
AGX tecnologia Ltda.	São Carlos	SP
Aircraft Suporte e Manutenção LTDA	Campinas	SP
Akaer Engenharia LTDA	São José dos Campos	SP
Altave Serviços e Manutenção e Instalação de Sistemas de Radiocomunicação	São José dos Campos	SP
Atmos Sistemas LTDA	São Paulo	SP
Atrasorb Indústria de Produtos Hospitalares LTDA	São Paulo	SP
BCA Textil Ltda.	São José dos Campos	SP
Black Bee Desenvolvimento de Sistemas LTDA.	São Paulo	SP
Bluepex Controle e Segurança de TI Ltda.	Limeira	SP
Bravio - Brasil Aviônicos Indústria, Comércio e Serviços LTDA.	São Paulo	SP
Columbus Comercial Importação e Exportação LTDA.	São Paulo	SP
Elmico Brasil LTDA	São José dos Campos	SP
Equatorial Sistemas S/A	São José dos Campos	SP
Flight Technologies Ltda	São José dos Campos	SP
Flir System Brasil Comércio de Câmeras Infravermelhas LTDA	Sorocaba	SP
Friuli - Aeroespacial LTDA	São José dos Campos	SP
FrontRubber Artefatos de Borracha LTDA	São Paulo	SP
Geometra BTE - Bureau de Tecnologia e Engenharia	São José dos Campos	SP
Gespi Indústria e Comércio de Equipamentos Aeronáuticos LTDA.	São Paulo	SP
Gyrofly Innovations Projetos LTDA	São José dos Campos	SP
Iacit Soluções Tecnológicas LTDA	São José dos Campos	SP
Ibrasat Telecomunicações e Indústria Ltda	São Paulo	SP
IC - Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA	São Paulo	SP
IDS Brasil Engenharia Sistema Ltda	São Paulo	SP
Imbrafiltro Indústria e Comércio de Filtros	Mauá	SP

Indústria de Maquinas Miotto	São Bernardo do Campo	SP
Jaraguá Equipamentos Industrias LTDA	Sorocaba	SP
KGB Comércio e Instalação de Equipamentos de Segurança	São José dos Campos	SP
Kryptus Segurança da Informação Ltda	Campinas	SP
Leistung Comércio e Serviço de Sistema de Energia	São Paulo	SP
Master Blindagem Ltda	São Paulo	SP
NEWPOWER SISTEMAS DE ENERGIA S/A	Guarulhos	SP
Nightlaser Technologies LTDA	Indaiatuba	SP
Odebrech Defense & Technology	São Paulo	SP
Omnisys Engenharia Ltda.	São Bernardo do Campo	SP
Opencadd Advanced Technology Comércio e Serviços Ltda.	São Paulo	SP
Optovac Mecânica e Optoeletrônica	Osasco	SP
Orbital Engenharia LTDA	São José dos Campos	SP
Poly Defensor Produtos Defesa Pessoal Ltda	Valinhos	SP
Prensas Schuler S.A.	Diadema	SP
PressTécnica Indústria e Comércio Ltda.	São Bernardo do Campo	SP
RAMAAL Alarmes Instalação e Manutenção LTDA	São Bernardo do Campo	SP
RC Serviço de Consultoria e Assessoria Militar e de Defesa Ltda	São José dos Campos	SP
RF COM Sistemas Ltda.	São José dos Campos	SP
Rockwell Collins do Brasil LTDA	São José dos Campos	SP
SCHMID Telecom Brasil LTDA	São Paulo	SP
SOLUTIONS DESING Comércio e Serviços de Informática Ltda	São José dos Campos	SP
Spectra Teconologia, Indústria, Comércio e Serviços de Informática LTDA	São Paulo	SP
SPOT IMAGE Brasil Serviços em Imagens de Satelete Ltda	São Paulo	SP
SSELL - Indústria e Comércio de Calçados Ltda	Franca	SP
Stratosphere Comercio Imp. e Exp. de Tecnologia	Campinas	SP
SUPMAR - Suprimentos Marítimos Ltda	Guarujá	SP
Synergy Defesa e Segurança S.A	São Paulo	SP
Tarobá Engenharia e Negócios LTDA	Barueri	SP
ThyssenKrupp Marine Systems International Pte. Ltd.	São Paulo	SP
Tropical Serviços de Manutenção Ltda.	São Paulo	SP
Vagner R. dos Santos EPP	São José dos Campos	SP
VBJ Engenharia de Desenvolvimento de Sistemas Ltda.	São Paulo	SP
Vitrus Consultoria de Mercado S/	São Paulo	SP
Weatherhanaven do Brasil Ind.Com. De Sist. Acampamento Fechado	Taubaté	SP
AVIBRAS DIVISÃO AÉREA E NAVAL S/A	JACAREÍ	SP
EQUIPAER INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA.	SÃO PAULO	SP
CBC - COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	RIBEIRÃO PIRES	SP
AVIBRAS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S/A	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
EMBRAER - EMP. BRAS. DE AERONÁUTICA S/A	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
MECTRON ENGENHARIA, IND. E COM. LTDA.	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
RJC DEFESA E AEROESPACIAL LTDA	LORENA	SP
TAURUS BLINDAGENS LTDA.	GUARULHOS	SP
ATECH - FUNDAÇÃO APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS CRÍTICAS	SÃO PAULO	SP
INDIOS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS EXP.ESP.PIROT.LTDA	SANTA ISABEL	SP
OPTO ELETRÔNICA S/A	SÃO CARLOS	SP

Anexo 4: Lista de indústrias selecionadas pela ABDI.

INDÚSTRIAS - ABDI	Cidade	UF
MANAL - MANUTENÇÃO ALAGOANA DE AERONAVES	MACEIO	AL
ESTALEIRO DO AMAZONAS S.A - ESTANAVE	MANAUS	AM
ERAM ESTALEIRO RIO AMAZONAS LTDA	MANAUS	AM
ESTAMAN ESTALEIRO MANAUS S/A	MANAUS	AM
ERIN - ESTALEIRO RIO NEGRO LTDA.	MANAUS	AM
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO NEGRO - ENRN	MANAUS	AM
ESTALEIRO CONAVE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA	MANAUS	AM
ERIN - ESTALEIRO RIO NEGRO LTDA	MANAUS	AM
ROULD COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	SALVADOR	BA
COREMA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SALVADOR	BA
BASE NAVAL DE ARATU - BNA	SALVADOR	BA
CORENAV - REPAROS NAVAIS LTDA	FORTALEZA	CE
INACE - INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S/A	FORTALEZA	CE
INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S/A - INACE	FORTALEZA	CE
ACRON TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTA	BRASÍLIA	DF
IMBEL F2 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	JUIZ DE FORA	MG
IMBEL F5 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO FÁBRICA 5	ITAJUBÁ	MG
MINAS AVIONICS INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA	BELO HORIZONTE	MG
COOPERATOVA DOS PREST SERV AUTÔNOMOS DE LAGOA SANTA LTDA	LAGOA SANTA	MG
BIG STEP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÕES LTDA	DIVINÓPOLIS	MG
HELIT MANUTENÇÃO DE HELICÓPTEROS LTDA	BELO HORIZONTE	MG
MINAS MAQUINAS S/A	BELO HORIZONTE	MG
SERTA SERVICOS TECNICOS AERONAUTICOS LTDA	BELO HORIZONTE	MG
LIDER REPRESENTAÇOES AERONAUTICAS LTDA	BELO HORIZONTE	MG
HELIBRÁS - HELICÓPTERO DO BRASIL S/A	ITAJUBÁ	MG
FIBRAER INDÚSTRIA AERONAUTICA LTDA	BELO HORIZONTE	MG
CHB AVIACAO LTDA	CONSELHEIRO LAFAIETE	MG
ALFA MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA	BELO HORIZONTE	MG
AIRTRADE ESCOLA DE PILOTAGEM E AVIAÇÃO EXECUTIVA LTDA	BELO HORIZONTE	MG
AV. IND. AERONÁUTICA DE ACESSÓRIOS HIDRÁULICOS LTDA	BELO HORIZONTE	MG
ESAB S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CONTAGEM	MG
IMBEL - FÁBRICA DE ITAJUBÁ (FI)	ITAJUBÁ	MG
IMBEL - FÁBRICA DE JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	MG
USIMINAS MECÂNICA S/A	BELO HORIZONTE	MG
ZOLLERN BHW DO BRASIL LTDA	CATAGUASES	MG
CINCO MANUTENÇÃO REPAROS E CONSTRUÇÃO NAVAL LTDA.	LADÁRIO	MS
HORA - HANGAR REC. DE AVIÕES LTDA.	CAMPO GRANDE	MS
BASE FLUVIAL DE LADÁRIO	LADÁRIO	MS
PROJENAV ENGENHARIA NAVAL LTDA	CORUMBÁ	MS
TECTELCOM AEROESPACIAL LTDA	BELÉM	PA
PENTA - PENA TRANSPORTES AÉREOS S/A	SANTARÉM	PA
LMP - MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA	BELÉM	PA
ESTALEIRO PADRE JULIÃO	BELÉM	PA

ESTALEIRO RIO GUAJARÁ S/A	BELÉM	PA
ESTALEIRO GAMBOA LTDA.	SANTARÉM	PA
PLANAVE AVIAÇÃO LTDA	BELÉM	PA
BASE NAVAL VAL-DE-CÃES - BNVC	BELÉM	PA
ESTALEIRO JANAÍNA NAVAL	CABEDELO	PB
ESTALEIRO IGARAÇU	PARNAÍBA	PI
IPE AERONAVES - INDÚSTRIA PARANAENSE DE ESTRUTURAS LTDA	CURITIBA	PR
IBQ-INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA QUATRO	QUATRO BARRAS	PR
BRITANITE S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS	QUATRO BARRAS	PR
METALÚRGICA SANTA CECÍLIA S/A	PONTA GROSSA	PR
IMBEL- FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA	RIO DE JANEIRO	RJ
IMBEL - FABRICA ESTRELA	MAGÉ	RJ
ATC AERONAVES, TURBINAS E COMPONENTES LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
VECTRA DEFENCE LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
IMA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE AERONAVES	MARICÁ	RJ
RIONAVE - SERVIÇOS NAVAIS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ATLAS TÁXI AÉRO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
MAUÁ JURONG S.A	NITERÓI	RJ
BRASFELS S.A	ANGRA DOS REIS	RJ
VEM-VARIG ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	RIO DE JANEIRO	RJ
RIO AVIONICS INDÚSTRIA AERONAUTICA LTDA	MARICÁ	RJ
STRONG - MANUTENÇÃO E REPAROS NAVAIS LTDA	SÃO GONÇALO	RJ
ULTRA-REV REPRESENTAÇÕES E REV. DE AERONAVES E MOTORES LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
AEROPARTES INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
HELMAR HELICÓPTEROS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ELETRO MECÂNICA ATLANTIDE LTDA	DUQUE DE CAXIAS	RJ
WP VILHENA IMPLEMENTOS PARA AERONAVES LTDA	SAQUAREMA	RJ
MAC LAREN AÇO E FIBRA S/A	NITERÓI	RJ
SURVIMAR EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	ITAGUAÍ	RJ
TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
JATO AVIACAO RIO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
AGENA RESINAS E COLAS LTDA	NOVA IGUAÇU	RJ
AIRMARINE ENGENHARIA LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO - AMRJ	RIO DE JANEIRO	RJ
ANCORATEK MANUTENÇÃO DE AERONAVES E COMÉRCIO LTDA	SÃO PEDRO DA ALDEIA	RJ
ASCA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ATLANTIDE- ELETROMECCÂNICA ATLANTIDE LTDA	DUQUE DE CAXIAS	RJ
AVIATION CENTER - COM.SERV.REP.	RIO DE JANEIRO	RJ
BASE ALMIRANTE CASTRO E SILVA - BACS	NITERÓI	RJ
BASE AÉREA NAVAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA - BAENSPA	SÃO PEDRO DA ALDEIA	RJ
BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITERÓI	NITERÓI	RJ
BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO - BNRJ	NITERÓI	RJ
BOSCH REXROTH LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS "BRASILAMARRAS"	NITERÓI	RJ
BRASTECH-SEATECH SERVIÇOS TÉCNICOS DE PETRÓLEO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ

BRAUMAT - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA	NITERÓI	RJ
CENTRO DE ARMAS DA MARINHA - CAM	RIO DE JANEIRO	RJ
CASH - COMÉRCIO E ASSESSORIA EM SOFTWARE E HARDWARE LTDA.	RIO DE JANEIRO	RJ
CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS - CASNAV	RIO DE JANEIRO	RJ
CENTRO DE APOIO A SISTEMAS OPERATIVOS - CASOP	NITERÓI	RJ
CENTRO DE ELETRÔNICA DA MARINHA - CETM	RIO DE JANEIRO	RJ
CENTRO DE MÍSSEIS E ARMAS SUBMARINAS DA MARINHA - CMASM	SÃO GONÇALO	RJ
COBRA - LINEA MARE SERVIÇOS NÁUTICOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA	RIO DE JANEIRO	RJ
COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DO PODER MARÍTIMO	RIO DE JANEIRO	RJ
CENTRO DE PROJETOS NAVAIS - CPN	RIO DE JANEIRO	RJ
CENTRO DE REPAROS E SUPRIMENTOS ESPECIAIS DO CFN - CREPSUPESPCFN	RIO DE JANEIRO	RJ
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO - DHN	NITERÓI	RJ
DIRETORIA DE OBRAS CIVIS DA MARINHA - DOCM	RIO DE JANEIRO	RJ
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS - DPC	RIO DE JANEIRO	RJ
DSND CONSUB S/A	NITERÓI	RJ
EBERLE S/A	CAXIAS DO SUL	RJ
EISA-ESTALEIRO ILHA S/A	RIO DE JANEIRO	RJ
ENAVI - REPAROS NAVAIS LTDA	NITERÓI	RJ
ENQUIP ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E MECÂNICOS LTDA	NOVA FRIBURGO	RJ
ESTALEIRO MAUÁ-JURONG S/A	NITERÓI	RJ
SERMETAL ESTALEIROS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
GYROMAR ELETRÔNICA NAVAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
HM TRANSPORTES LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
HOLOSYS ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALTE.PAULO MOREIRA - IEAPM	RIO DE JANEIRO	RJ
IES S/A - INFORMÁTICA E ENGENHARIA DE SISTEMAS	RIO DE JANEIRO	RJ
IMBEL - FÁBRICA DA ESTRELA (FE)	MAGÉ	RJ
IMBEL - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA (FMCE)	RIO DE JANEIRO	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA - IPQM	RIO DE JANEIRO	RJ
LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA - LFM	RIO DE JANEIRO	RJ
MEPEL - ARTEFATOS ESPECIAIS DE BORRACHA S/A	PETRÓPOLIS	RJ
METALCASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
METALNAVE S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA NAVEGAÇÃO	NITERÓI	RJ
NAVAL CONSTRUÇÕES E REPAROS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	ITAGUAÍ	RJ
OBRAVIVA - MANUTENÇÃO NAVAL E ATIVIDADE SUBAQUÁTICA LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
RADARTECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	NITERÓI	RJ
RADIOMAR IND.E COM. LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
RASECNAVE SERVIÇOS E REPAROS NAVAIS LTDA	MARICÁ	RJ
RENAVE - EMPRESA BRAS REPAROS NAVAIS S/A	NITERÓI	RJ
RIO STAR IND. E COMÉRCIO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
SACOR SIDEROTÉCNICA S/A	DUQUE DE CAXIAS	RJ
SAGAR SERVIÇOS NAVAIS E INDUSTRIAIS LTDA	SÃO GONÇALO	RJ
SCL - MONTAGENS NAVAIS E ENGENHARIA LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
SKM - ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	RIO DE JANEIRO	RJ

SPEZIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
TAMBAÚ RIO HIDRÁULICA LTDA	DUQUE DE CAXIAS	RJ
TECNO QUÍMICA S/A	RIO DE JANEIRO	RJ
TELETRONIC - EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
TENAX AÇO E FERRO LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
TRIDENTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
VISION MARINE REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	RIO DE JANEIRO	RJ
ZINQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	DUQUE DE CAXIAS	RJ
BASE NAVAL DE NATAL - BNN	NATAL	RN
ASAS DO SOCORRO	BOA VISTA	RR
SORENAVE - REPAROS NAVAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	PORTO ALEGRE	RS
ESTALEIRO BICUIRA	RIO GRANDE	RS
AEROELETRÔNICA-INDÚSTRIA DE COMPONENTES AVIÔNICOS S/A	PORTO ALEGRE	RS
AEROMOT- INDÚSTRIA MECÂNICO METALÚRGICA LTDA	PORTO ALEGRE	RS
REPARNAVE - REPAROS NAVAIS LTDA	RIO GRANDE	RS
FORJAS TAURUS S.A	PORTO ALEGRE	RS
AEROMOT- AERONAVES E MOTORES S/A	PORTO ALEGRE	RS
AMADEO ROSSI S.A METALÚRGICA E MUNIÇÕES	SÃO LEOPOLDO	RS
AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A E AEROMOT - INDÚSTRIA MECÂNICO- METALÚRGICA LTDA	PORTO ALEGRE	RS
ALTUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S/A	SÃO LEOPOLDO	RS
COMPANHIA DE FOGOS ATÔMICA	BENTO GONÇALVES	RS
COESTER EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	SÃO LEOPOLDO	RS
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE - ENRG	RIO GRANDE	RS
FERCOPI INDÚSTRIA DE BORRACHAS E COMÉRCIO LTDA	PORTO ALEGRE	RS
METALMATIC - MÁQUINAS OPERATRIZES LTDA	PORTO ALEGRE	RS
NAUTIFLEX BOATS & LIFERAFTS BROCHIER RS	BROCHIER	RS
SCHOTTEL DO BRASIL PROPULSÕES MARÍTIMAS LTDA.	CACHOEIRINHA	RS
STEMAC S/A GRUPOS GERADORES	PORTO ALEGRE	RS
SULMAQ INDUSTRIAL COMERCIAL S/A	GUAPORÉ	RS
TAURUS-FORJAS	PORTO ALEGRE	RS
TINTAS RENNER S/A	GRAVATAÍ	RS
EISA - ESTALEIRO	ITAJAÍ	SC
CENTRO DE MECÂNICA DE PRECISÃO DE JOINVILLE - CMPJ	JOINVILLE	SC
ESTALEIRO ITAJAÍ S/A (GRUPO METALNAVE)	ITAJAÍ	SC
NAVALSUL - EQUIPAMENTOS NAVAIS DO SUL	JOINVILLE	SC
NETZSCH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	POMERODE	SC
PROJETECH ELETRÔNICA LTDA (PROVOLT)	BLUMENAU	SC
STRAUHS - EQUIPAMENTOS DE FUNDIÇÃO LTDA	JOINVILLE	SC
H. DANTAS	ARACAJU	SE
AVIBRAS DIVISÃO AÉREA E NAVAL S/A	JACARÉ	SP
IMBEL- INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	PIQUETE	SP
IMBEL - IND. DE MAT. BÉLICO DO BRASIL	PIQUETE	SP
PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA	SOROCABA	SP
TARGET ENGENHARIA IND. E COM. LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
INSAER INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS LTDA	SÃO PAULO	SP

AERONAL REVISORA DE INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS LTDA	SÃO PAULO	SP
ÍNDIOS - IND. COM. PROD. QUÍM. LTDA	ARUJÁ	SP
ÍNDIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	SANTA ISABEL	SP
DARUMA TELECOMUNICAÇÕES. E INFORMÁTICA S/A	TAUBATÉ	SP
IND. AERONÁUTICA NEIVA S/A	BOTUCATU	SP
INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA	BOTUCATU	SP
FLYER INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA	SUMARÉ	SP
TECTELCOM AEROESPACIAL	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
EQUIPAER INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA.	SÃO PAULO	SP
DELBRAS IND. E COM. LTDA. S. J.	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
CBC - COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	RIBEIRÃO PIRES	SP
ELEBRA SIST. DEFESA E CONTROLES LTDA	SÃO PAULO	SP
FORJARIA SÃO BERNARDO S/A	SÃO PAULO	SP
AVIBRAS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S/A	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
AVIBRAS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S/A	JACARÉÍ	SP
EMBRAER - EMP. BRAS. DE AERONÁUTICA S/A	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
ELECTRIL. EQUIP. E INSTAL. ELÉTRICAS.	SÃO PAULO	SP
D. F. VASCONCELOS S/A MEC. ALTA PRECISÃO	SÃO PAULO	SP
ALTERAMA ARMAS E MUNIÇÕES LTDA	SÃO PAULO	SP
AKROS ENGENHARIA IND. E COMÉRCIO LTDA.	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
MECTRON ENGENHARIA, IND. E COM. LTDA.	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
ETR - INDÚSTRIA MECÂNICA AEROESPACIAL LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
CONAL - CONST. NACIONAL DE AVIÕES LTDA	SOROCABA	SP
RJC DEFESA E AEROESPACIAL LTDA	LORENA	SP
TAURUS BLINDAGENS LTDA.	GUARULHOS	SP
AEROMOT AERONAVES E MOTOES	SÃO PAULO	SP
ADELCO – SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	BARUERI	SP
AEGIS SEMICONDUTORES LTDA	SÃO PAULO	SP
ALFA LAVAL LTDA	SÃO PAULO	SP
ATECH - FUNDAÇÃO APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS CRÍTICAS	SÃO PAULO	SP
ATLAS COPCO BRASIL LTDA	BARUERI	SP
AVIBRAS DIVISÃO AÉREA E NAVAL S/A	JACARÉÍ	SP
BENFLEX - INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA BENFLEX LTDA	SÃO PAULO	SP
BLITZ - BLITZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA	RIBEIRÃO PIRES	SP
CBC - COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	MONTE NEGRO	RS
CECIL S/A	ITAPEVI	SP
CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	CAMPINAS	SP
COMANDO DO 8º DISTRITO NAVAL - COM8ºDN	SÃO PAULO	SP
COMPOENDE AERONÁUTICA LTDA	TREMEMBÉ	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO - CTMSP	SÃO PAULO	SP
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	CAMPINAS	SP
EQUACIONAL ELÉTRICA E MECÂNICA LTDA	SÃO PAULO	SP
EQUATORIAL SISTEMAS LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
EQUIMAR EQUIPAMENTOS MARÍTIMOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SÃO PAULO	SP
ETR-IND.MECANICA AEROESPACIAL LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
EUTECTIC DO BRASIL LTDA. (GRUPO ESAB)	SÃO PAULO	SP

FICAP S/A	SÃO PAULO	SP
FLEXBOAT	ATIBAIA	SP
FOSROC REAX INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	MOGI DAS CRUZES	SP
GESPI - IND.COM.DE EQUIPAMENTOS AERONÁUTICOS LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
HELIODINÂMICA S/A	VARGEM GRANDE	
HITER 2ND COM. CONTROLES TERMO-HIDRÁULICOS LTDA	PAULISTA	SP
IMBEL - FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS (FPV)	SÃO PAULO	SP
INBRAFILTERO - IND.E COM.DE FILTROS	PIQUETE	SP
INDIOS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS EXP.ESP.PIROT.LTDA	MAUÁ	SP
MECTRON ENGENHARIA IND.COM.LTDA	SANTA ISABEL	SP
METALOCK DO BRASIL MECÂNICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
MOELLER ELETRIC LTDA	SANTOS	SP
MOOG DO BRASIL CONTROLES LTDA	CAMPINAS	SP
MTU DO BRASIL	SÃO PAULO	SP
MWM MOTORES DIESEL	SÃO PAULO	SP
OPTO ELETRÔNICA S/A	SÃO PAULO	SP
RENK ZANINI - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	SÃO CARLOS	SP
RJC - DEFESA E AEROESPACIAL LTDA	CRAVINHOS	SP
SANTISTA TÊXTIL S.ª	LORENA	SP
SCANIA LATIN AMERICA LTDA	SÃO PAULO	SP
SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA	SÃO BERDARDO DO CAMPO	SP
SULZER BRASIL S/A	SÃO PAULO	SP
TARGET ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	SÃO BERDARDO DO CAMPO	SP
TAURUS BLINDAGENS LTDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
TECSYS DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA	GUARULHOS	SP
TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S/A	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
RETENTORES VEDABRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SÃO BERDARDO DO CAMPO	SP
VILLARES METALS S/A ELETROMETAL AÇOS FINOS LTDA	SÃO PAULO	SP
V.P.INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	SUMARÉ	SP
VULKAN DO BRASIL IND.E COM.DE ACOPLAMENTOS LTDA	SÃO PAULO	SP
WIKA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	BARUERI	SP
WOODWARD GOVERNO REGULADORES LTDA	IPERÓ	SP
ZEFIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	CAMPINAS	SP
ZELOSO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SÃO PAULO	SP
ZOROVICH & MARANHÃO SERVIÇOS NÁUTICOS E CONSULTORIA LTDA	BARUERI	SP
	SANTOS	SP

Fonte: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010.